

ctt correios
TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 37768

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO
BEGUNTO ÀS
REGRAS DO CTT
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL



O Governo de José Sócrates, tomou a iniciativa de acelerar e alargar os processos de privatização também para a saúde e a educação, onde o mercado é potencialmente vasto e inesgotável. Ao mesmo tempo agrava-se a situação social em vastas regiões do país e a situação socio-profissional de milhares de trabalhadores da administração pública.

FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

JORNAL DA FENPROF

Federação Nacional dos Professores
Director: Paulo Sucena | nº 209 | Maio 2006 | 0.50 Euros

8 de Junho
Dia Nacional de Luta



Com um Estatuto
mais desvalorizado do que há 15 anos
Professores exigem respeito!



Propriedade, Redacção e Administração
Federação Nacional dos Professores
Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA
Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt
Home page: http://www.fenprof.pt

Director: Paulo Sucena

Chefe de Redacção: Luís Lobo
luis.lobo@sprc.pt

Conselho de Redacção: António Avelãs e Manuel Grilo (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Nélcio de Sousa (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS)

Coordenação: José Paulo Oliveira
jppo@sapo.pt

Paginação e Grafismo: Tiago Madeira

Composição: FENPROF

Revisão: Inês Carvalho

Impressão: SOCTIP - Sociedade Tipográfica, S.A.
Estrada Nacional, nº 10, km 108.3 - Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Tiragem média: 70 000 ex.
Depósito Legal: 3062/88
ICS 109940

O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Sindicatos membros da FENPROF

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199
E-mail: spgl@spgl.pt
Home page: www.spgl.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE
Edif. Cristal Park
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595
E-mail: geral@spn.pt
Home page: www.spn.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20
3000-250 Coimbra
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666
E-mail: sprc@sprc.pt
Home page: www.sprc.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL
Av. Condes de Vil'Alva, 257
7000-868 Évora
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274
E-mail: spzs.evora@mail.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES
Av. D. João III, Bloco A, Nº 10
9500-310 Ponta Delgada
Tel.: 296205960 - Fax: 296629698
Home page: www.spra.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,
Bloco V-1º A - 9054-525 Funchal
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369
E-mail: spm@netmadeira.com
Home page: www.spm-ram.org

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 Lisboa
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096
E-mail: spfenprof@hotmail.com
Home page: www.spfenprof.org

Brandos costumes

"Vamo-nos deitar, que estes senhores querem ir-se embora".

Diplomaticamente, era assim que, não longe no tempo, entre os meus amigos, se dizia quando alguém que recebia queria *despachar* um visitante mais renitente em concluir a visita.

De facto, supõe-se que é do senso comum perceber quando se está a mais, ou há tempo demais. Quando tal não acontece – no contexto das visitas às casas dos amigos –, normalmente deve-se a três factores: distração, má avaliação das circunstâncias ou excesso de zelo dos visitados (que se acanham na hora dizer "meu caro, por hoje chega"). Ou então, é mesmo falta de bom senso.

É claro que, por vezes, no ramalhete dos que nos visitam aparece uma ou outra flor *descontextualizada*, que não foi para ali chamada, mas que, por uma qualquer virtude, nos sentimos no dever de ir tolerando – ainda que, eventualmente, comecemos a cheirar menos bem e a poluir o ambiente.

Tenho sérias dúvidas que os eleitores que, maioritariamente, *convidaram* José Sócrates a formar governo soubessem, quando estavam a introduzir o seu voto na urna, quais seriam as flores de que se compunha o executivo que o

engenheiro lhes iria apresentar. Tanto mais que, como viriam a aperceber-se, nem só de *rosas* se formava o ramalhete.

Vício democrático, não sei se especificamente português, habituamo-nos a eleger deputados sem curarmos de saber que governantes escolhemos. E arrisco pensar que nem os próprios eleitos saberão atem-

padamente quais os governantes que (disciplina partidária *oblige*) vão ter de suportar parlamentarmente – não fosse esta possibilidade, ainda que remota, e o senso comum aconselharia a não pactuarem, por exemplo, com um secretário de Estado que, em plena Assembleia da República (de qual?!), oculta factos ao grupo parlamentar do próprio partido do governo de que faz parte.

Circunstância risível, é o mínimo que pode considerar-se – esta, de alguém tirar o pão da boca a quem lhe está a dar de comer...

Imagino eu, que até sou de amplas contemporizações, que não deve ser fácil aguentar em casa penetras de semelhante estaleca – mesmo considerando a brandura de costumes a que parecemos condenados.

Por isso, senhores deputados, o melhor é irem deitar-se, que estes senhores querem ir embora... ■

Tenho sérias dúvidas que os eleitores que, maioritariamente, *convidaram* José Sócrates a formar governo soubessem, quando estavam a introduzir o seu voto na urna, quais seriam as flores de que se compunha o executivo que o engenheiro lhes iria apresentar. Tanto mais que, como viriam a aperceber-se, nem só de *rosas* se formava o ramalhete.

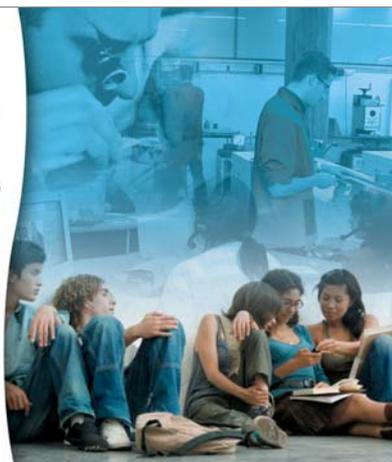
ENSINO PROFISSIONAL

Basta de conversa!

O Ministério da Educação tem de assumir o ensino técnico e profissional como um vector estratégico e decisivo do desenvolvimento dos cidadãos e da sociedade.



Federação Nacional dos Professores



5

EDITORIAL

É preciso travar a marcha do M.E. por caminhos que levam a nenhures

Paulo Sucena

6

ACÇÃO

Nós sabemos porque é que não ficamos em casa!...

José Paulo Oliveira

8

REVISÃO DO ECD

Expectativas, exigências e propostas da FENPROF

Mário Nogueira

10

- Estatuto com história
- Estatuto de A a Z (2ª parte)

13

CONTRIBUTO DE PAULO SUCENA PARA UMA REFLEXÃO FUNDAMENTAL DOS NOSSOS DIAS

Quem é o cidadão-professor?

15

Crises de identidade

Daniel Ricardo

21

ABEL MACEDO AO JF:

"Os professores saberão assumir as suas responsabilidades perante a sociedade através de um compromisso ético claro"

José Paulo Oliveira

23

CONHECE O SEU ESTATUTO?

Direitos Et Deveres

24

MÁRIO NOGUEIRA AO JF:

"Nesta revisão, está em causa o futuro da profissão docente. É deplorável o que estão a fazer aos professores!"

26

RICARDO VIEIRA:

Ser Professor: Ensino ou aprendizagem da profissão?

27

ESCOLA A TEMPO INTEIRO

Franchising - a lógica de mercado na educação

Helena Arcanjo



Revisão do ECD — Divulgação de propostas

No momento do fecho desta edição do Jornal da FENPROF, continuávamos a aguardar a entrega da proposta do ME para a revisão do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Prevê-se, conforme o momento em que essa entrega ocorra, a publicação, em caderno especial ou em destacável da revista, de toda a informação necessária para que os docentes portugueses possam participar na discussão, na posse de todos os elementos.

No entanto, chamamos a atenção para a página electrónica da FENPROF e dos Sindicatos, onde de imediato essa informação será disponibilizada.

Aniversário da Lei de Bases

Conselho Nacional vai avaliar 20 anos de Educação em Portugal

O Conselho Nacional de Educação (CNE) vai avaliar tudo o que foi feito em Portugal na área da educação, durante o debate nacional sobre os 20 anos da lei de bases do sistema educativo.

Júlio Pedrosa, presidente do CNE, explicou que a proposta da comissão organizadora passa por três fases.

A primeira, que será analítica, visa fazer uma síntese e análise da informação existente sobre educação em Portugal e fazer um levantamento de estudos internacionais sobre o país.

Nesta fase, o CNE refere que, se necessário, o debate deverá ser acompanhado por pareceres de especialistas, que deverão analisar o contributo das políticas educativas.

Ainda nesta fase - que deverá ficar terminada até ao Verão - O CNE propõe-se criar um portal na Internet para recolha de opiniões.

Desta etapa vai sair o conjunto de quatro ou cinco questões consideradas mais pertinentes sobre a educação em Portugal e que serão essenciais para o debate, de acordo com Júlio Pedrosa.

A segunda fase do debate decorrerá entre Setembro e Novembro e visa a realização de debates regionais focados nas questões consideradas essenciais na primeira fase.

Por fim, na terceira fase a comissão organizadora do CNE vai fazer a sistematização da informação recolhida, cujo relatório final será entregue em Janeiro próximo à Assembleia da República.

O CNE é um órgão consultivo do Ministério da Educação composto por agentes educativos públicos e privados. |

Lusa, 12.04.2006



Provas de aferição não respeitam os alunos com NEE

"O atendimento a crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE), nas nossas escolas, exige processos didácticos, pedagógicos e de organização (adaptações curriculares, diversificação de procedimentos e processos de avaliação, etc.) adaptados às especificidades de cada aluno.



A legislação em vigor designa este processo por "regime educativo especial" e refere que o mesmo "consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais" (art.º 2.º, n.º 1 do Dec.-Lei n.º 319/91 de 23 de Agosto), a implementar quando se revele imprescindível para que os alunos com NEE possam atingir os objectivos educacionais pretendidos". Começa assim uma nota enviada à Comunicação Social, na qual a FENPROF manifesta a sua mais profunda indignação e revolta pela forma insensata e irresponsável como o ME tratou o problema da realização de provas de aferição pela população escolar com necessidades educativas especiais.

"O regime educativo especial", refere o mesmo comunicado, "é organizado no início do ano lectivo, implementando-se, ao longo do mesmo, de forma individualizada." Reside, pois, aqui, a principal crítica dirigida pela FENPROF ao ME, já que processos e instrumentos de avaliação que desrespeitem as especificidades dos alunos em causa desvalorizam "todo o trabalho

desenvolvido durante o ano lectivo e distorcem os próprios resultados obtidos, não sendo legítimo (nem sério) extrapolar destes dados elementos de avaliação do aluno ou de aferição do sistema educativo."

O texto da Federação prossegue, ainda com a outra face da mesma abordagem para afirmar que "para além das competências curriculares que se pretendem avaliar, a forma como decorre a aplicação da prova, não respeita o modo como, durante o ano lectivo, muitas das crianças com NEE, acederam ao seu currículo. De facto, os diferenciados processos de avaliação, implementados durante o ano, extravasam, em muito, a aplicação de um mero instrumento de comunicação escrita, como aquele que é utilizado nestes exames/provas de aferição."

O comunicado da FENPROF (que pode ser consultado na íntegra em www.fenprof.pt), depois de lançar um vasto conjunto de questões sobre a aspectos essenciais de política educativa para as quais urge obter respostas do ME, admite, ainda, suspeitar dos reais objectivos do ME com estas provas de aferição, tendo em consideração os seus contornos. | LL |



É preciso travar a marcha do M.E. por caminhos que levam a nenhures

Escrevo este editorial no limiar temporal de duas importantes reuniões com o Ministério da Educação. A primeira prende-se com as reduções da componente lectiva a atribuir aos dirigentes sindicais. Os comportamentos e o discurso ora elíptico ora difuso dos governantes do Ministério da 5 de Outubro indiciam uma mais que provável redução desses créditos que, ao concretizar-se, enfraquece indubitavelmente a capacidade de acção e de ligação às escolas da FENPROF e seus sindicatos. Tal tomada de decisão do Ministério da Educação, se se vier a verificar, enquadra-se numa estratégia que visa subtrair instrumentos para o desenvolvimento de práticas sindicais que sempre foram apanágio dos sindicatos da FENPROF e da própria Federação.

Convirá avisar, desde já, a equipa ministerial de que há uma zona impenetrável no movimento sindical docente que a FENPROF aglutina – a da grande solidariedade e do respeito mútuo que os sete sindicatos da FENPROF alimentam entre si, comportamento sem o qual não seria possível manter, ao longo dos anos, a grande coesão interna que faz da nossa Federação uma organização exemplar na sociedade portuguesa. Sempre as divergências na FENPROF se superaram com grande elevação ética e sindical e nunca pelos caminhos da malquerença ou da maledicência, por isso a FENPROF e os seus sindicatos não vêm a sua imagem enfraquecida, antes pelo contrário, junto dos docentes que representam e da classe docente, em geral.

Outro aspecto preocupante que pode surgir, nesta primeira reunião a que me refiro, diz respeito à distribuição dos créditos horários pelos sindicatos, principalmente se o Ministério da Educação adoptar a posição de Pilatos e não apresentar quaisquer critérios para essa divisão, deixando em pé de igualdade o maior sindicato com o numericamente (quanto ao número de sócios) mais insignificante. Pensará porventura o Governo que com esta mesquinha estratégia tornará o movimento sindical docente mais "domesticável". Porém, mais uma vez se engana. A FENPROF e os seus sindicatos nunca

perfilharam a atitude de deixar cair os braços e por isso continuarão, sem tergiversações nem desânimos, a sua luta por uma melhor educação, por uma escola mais democrática e de maior sucesso educativo, por uma carreira docente revalorizada profissional e socialmente.

A segunda reunião a que me refiro, marcada para 29 de Maio, inicia o processo negocial do ECD e isto quer dizer que vamos entrar num período crucial para o futuro dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário. O Secretariado Nacional vai aprovar uma proposta contendo as suas posições sobre tão significativa matéria para a vida dos docentes, a qual apresentará para análise e aprovação do Conselho Nacional da FENPROF que se realizará nos dias 8 e 9 de Junho.

Podemos, atendendo à extrema relevância das matérias em negociação, vir a ter, em torno de nós, um clima semelhante ao vivido em Junho de 2005, mas é necessário que, tal como no ano passado, nos mantenhamos coesos e imunes aos insultos, às ofensas e às infames mentiras que tomaram sobre a FENPROF, os seus sindicatos e os seus principais dirigentes.

A unidade e a determinação da classe docente é mais importante do que nunca para vencermos a árdua batalha da revisão do ECD. Unidade para nós não quer dizer unanimismo, por isso os sindicatos da FENPROF e a nossa Federação promoverão um intenso e democrático diálogo com os docentes, que se revestirá de múltiplas formas, de modo a acolher e incorporar todas as sugestões e propostas que pela sua qualidade sejam reais contributos para o enriquecimento e fortalecimento das posições da FENPROF a apresentar na mesa das negociações.

O futuro não se herda. Conquista-se! É nisso que a FENPROF e os seus sindicatos apostam, quer nos ensinos básico e secundário quer no ensino superior, porque o silêncio de chumbo do Governo, relativamente aos ensinos Politécnico e Universitário, mais cedo ou mais tarde, derreter-se-á, porque os docentes do ensino superior também sabem bem como passar do pensamento à acção. ■



8 de Junho

CGTP-IN convoca dia nacional de luta

O Conselho Nacional da CGTP-IN reuniu no passado dia 4 de Maio e analisou a actual situação económica, política e social do país. Perante a situação de crise existente que resulta da manutenção, no essencial, das políticas e governos anteriores, a Central decidiu convocar para o dia 8 de Junho um DIA NACIONAL DE LUTA, em todos os distritos e regiões autónomas.

Considera a resolução aprovada pelo Conselho Nacional que “o essencial das políticas seguidas pelo governo e as práticas patronais estão a conduzir à continuação do enriquecimento dos detentores do poder económico e financeiro e a impor mais sacrifícios aos trabalhadores, o que provoca mais desigualdades, mais injustiças, rupturas de solidariedades e o alargamento da pobreza na nossa sociedade”.

Perante esta situação, a CGTP-IN considera que a mudança necessária deveria trazer consigo “rupturas com aspectos fundamentais das políticas seguidas nos últimos anos”. Para a seguir afirmar que se assiste “a um perigoso prosseguimento de uma matriz de desenvolvimento já condenada, verificando-se que o aparelho produtivo continua a ser destruído, aumenta o desemprego, prosseguem as políticas de baixos salários e o ataque à contratação colectiva, diminui a qualidade do emprego, estagna o investimento, aumenta a precariedade e o desrespeito pelas leis, é posto em causa o papel do Estado e as funções da Administração Pública e são atacados direitos sociais fundamentais como o

ensino, a saúde e a segurança social”, como veio a alertar, também, a manifestação nacional realizada em Lisboa no passado dia 19 de Maio (ver noutra local desta edição).

“Estamos perante uma nova onda de imposição de políticas que fazem a sistemática invocação da crise, ignorando as suas causas e rejeitando as políticas que as combatam, para impor aos trabalhadores um novo conjunto de medidas de “apertar o cinto”, alerta o CN da CGTP-IN, que fez também um balanço muito positivo das comemorações do 1º de Maio em todo o País (“uma afirmação forte da dignidade do trabalho”).

No dia 8 de Junho, os educadores e professores portugueses marcarão a sua presença activa e solidária numa luta que é de todos em defesa da segurança social, contra a diminuição das pensões e a tentativa do aumento directo ou indirecto da idade da reforma; contra o aumento do custo de vida e pela melhoria dos salários; em defesa do emprego, contra a precariedade; pela contratação colectiva e pela revogação das normas gravosas do Código do Trabalho; em defesa de uma Administração Pública ao serviço dos cidadãos e pelos direitos sociais. | JPO |

Aumenta a precariedade e o desrespeito pelas leis, é posto em causa o papel do Estado e as funções da Administração Pública e são atacados direitos sociais fundamentais como o ensino, a saúde e a segurança social

19 de Maio

Administração Pública deu rosto ao futuro



Mais de 25 000 trabalhadores da administração pública desfilaram no dia 19 de Maio, do Parque Eduardo VII para a Assembleia da República, representando os diversos sectores (Educação, Saúde, Segurança Social, Administração Local...).

Tratou-se de uma importante acção de contestação à política do governo para os serviços públicos, quer no que diz respeito ao seu funcionamento, financiamento e desenvolvimento, quer, ainda, no que se relaciona com os ataques aos direitos sociais e profissionais dos trabalhadores. Durante uma semana, a Frente Comum promoveu junto da opinião pública uma vasta campanha de informação, divulgando as suas principais preocupações com o designado programa de reorganização da administração central do Estado (PRACE), que mais não pretende do que desvalorizar a importância e o papel dos serviços públicos na satisfação das necessidades mais prementes da população portuguesa e transferir esses serviços para a alçada do sector privado.

Esgotado que está o modelo de crescimento da economia a partir dos sectores tradicionais, em vez de investirem nas áreas produtivas tradicionais e de desenvolver uma acção mais criativa assente no conhecimento, na qualificação e na tecnologia, os grandes grupos económicos estão a voltar-se para áreas até aqui da responsabilidade do Estado, como aliás preconiza a Constituição da República Portuguesa.

O Governo de José Sócrates, tomou, pois, a iniciativa de acelerar e alargar os processos de privatização também para a saúde e a educação, onde o mercado é potencialmente vasto e inesgotável. As

recentes decisões tomadas em relação ao encerramento de serviços de urgência e de maternidades, bem como de milhares de escolas, e do desenvolvimento de uma política concentracionista, reduzindo os custos de manutenção e de exploração, são clarificadoras das verdadeiras intenções do governo. Ao mesmo tempo agravam a situação social em vastas regiões do país e tendem a agravar a situação socio-profissional de milhares de trabalhadores da administração pública.

A um ataque tão duro e gravoso para o sector é necessário responder com acção e denúncia. A iniciativa da Frente Comum de 19 de Maio e os contactos realizados com a população durante toda a semana foram determinantes para o elevado apoio e compreensão da população para a luta dos trabalhadores da administração pública. ■



As recentes decisões tomadas em relação ao encerramento de serviços de urgência e de maternidades, bem como de milhares de escolas, e do desenvolvimento de uma política concentracionista, reduzindo os custos de manutenção e de exploração, são clarificadoras das verdadeiras intenções do governo.

Medição da representatividade sindical em seis parágrafos

A medição da representatividade sindical poderá contribuir para dignificar o movimento sindical docente no seu conjunto, valorizando os sindicatos como estruturas legítimas de representação dos educadores e professores.

(...) Para além dos argumentos político-sindicais, há argumentos jurídicos a favor da medição da representatividade sindical.



(...) O respeito pela representatividade está em plena sintonia com os princípios do pluralismo e da liberdade sindical e justifica-se pela necessidade de assegurar uma efectiva tutela dos interesses colectivos unitários dos trabalhadores”.

(...) O respeito pela representatividade decorre ainda do reconhecimento do alargamento do campo de intervenção dos sindicatos, aos quais são atribuídos novos papéis no desenvolvimento de uma democracia social e política”.

(...)Este processo poderá mostrar que se o grupo profissional dos docentes tem uma alta taxa de sindicalização, isso não é por acaso: é porque há uma estreita ligação entre a história da profissão e a história do associativismo e sindicalismo docentes.

(...) É essa ligação que faz com que a intervenção e a luta dos educadores e professores associe os interesses sócio-profissionais com preocupações pela qualidade de educação e pelas políticas educativas, numa perspectiva de desenvolvimento e progresso do País. ■

Manuela Mendonça, dirigente do SPN e da FENPROF, em entrevista ao “SPRA Informação”, edição Abril/Maio



REVISÃO DO ECD

Expectativas, exigências

■ **Mário Nogueira** (*Coordenador da Comissão Negociadora Sindical*)

O que pretendem o Governo e o Ministério da Educação com a revisão do Estatuto de Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD) todos sabemos: liquidar direitos, aplicar normativos gerais e muito negativos como os que constam do SIADAP (Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública), consolidar medidas que têm vindo a agravar os horários de trabalho e a descaracterizar o exercício de funções docentes, reestruturar a carreira no sentido de reservar apenas para alguns o acesso aos escalões salariais de topo.

Que o tentará fazer pela via da imposição também ninguém duvida. O autismo que têm revelado os responsáveis ministeriais, em especial Lurdes Rodrigues e Valter Lemos, a má opinião que têm dos professores e educadores e as medidas que, no ano e meio que levam de mandato, têm vindo a impor, não deixam dúvidas sobre as suas intenções. Dúvidas existirão, apenas, sobre até onde ousarão ir.

Da parte da FENPROF a intenção sobre o processo de revisão do ECD é outro, diria mesmo, é exactamente o contrário. Para a

FENPROF, a revisão do ECD não é uma prioridade; contudo, a ter lugar, não lhe virará as costas. Participará, exigirá respeito pela Lei da Negociação, exigirá, ainda, os tempos necessários para que os professores possam ser envolvidos na negociação.

Quanto às propostas da FENPROF, elas partem de uma convicção: esta revisão deve servir para inverter o caminho negativo que tem vindo a ser percorrido, não só através da perversão de importantes regras estatutárias, como da revogação de outras e, até, pelo desrespeito de mais algumas que são claras na lei, mas têm sido desrespeitadas. Em 1997/98 a revisão que então teve lugar traduziu-se em importantes passos dados no sentido da afirmação de uma identidade profissional docente minimamente ajustada aos caminhos que se deparam à nossa profissão. Oito anos depois, a FENPROF entende que a fazer-se nova revisão ela deverá orientar-se para o aprofundamento daquele caminho e, por isso, a revisão deverá ser global e partir do conjunto de direitos e deveres profissionais, transformado em eixo em torno do qual girará todo o articulado.

Direitos fundamentais

É nesse quadro que a FENPROF apresentará o conjunto de direitos profissionais a considerar, designadamente, direito de participação no processo educativo; direito à formação e informação para o exercício da função educativa; direito a condições de trabalho condignas; direito à segurança na actividade profissional; direito à negociação colectiva; direito à estabilidade profissional e a uma remuneração digna; direito à não discriminação. Mas também de deveres, defendendo que estes constituirão um compromisso ético assente numa autoridade científico-pedagógica, configurada por valores de excelência e afirmados nos diversos contextos e dimensões de exercício profissional. Daí que, para além dos deveres gerais, a FENPROF considere também indispensável fixarem-se os deveres dos

as e propostas da FENPROF



professores e educadores.

Desempenho

Aspecto central desta revisão será, sem dúvida, a avaliação do desempenho. O Governo procurará impor aos professores as regras do SIADAP aprovado em 23 de Fevereiro deste ano com os seus votos da actual maioria parlamentar. A FENPROF mobilizará os professores e educadores para lutarem contra o

profissionais docentes perante os seus alunos, os seus colegas e, ainda, os pais e encarregados de educação.

No que respeita à formação há que assegurar que seja de qualidade, em todas as suas componentes, o que significa que deverá continuar a ser de nível superior, com a duração de 5 anos para todos, independentemente do sector ou nível de ensino a que se destina. Também ao nível da formação contínua se espera uma revisão profunda do actual regime de créditos.

Combate à precariedade

A estabilidade do corpo docente será também outra preocupação da FENPROF nesta revisão, pelo que o combate à precariedade e o direito a integrar um quadro serão exigências a apresentar ao ME. A existência de um regime de vinculação dinâmico, assim como de incentivos à fixação em zonas isoladas e desfavorecidas são reivindicações que não serão esquecidos.

Aspecto muito importante será o regime e o horário de trabalho dos educadores e professores, bem como a definição precisa do que são as funções docentes e de quais as actividades que terão lugar dentro das componentes lectiva e não lectiva dos

SIADAP e, em alternativa, apresentará um modelo de avaliação do desempenho formativo, de carácter globalizante e sistémico, centrado na escola, continuado e único e que se apresente como factor de verdadeira exigência profissional. Ao modelo economicista do ME, criado simplesmente para evitar o desenvolvimento na carreira e, assim, impedir o acesso aos escalões de topo, a FENPROF responderá com o que é importante na avaliação: detectar problemas e dificuldades, elaborar diagnósticos e propor medidas que se concretizem. Fora desta lógica, a avaliação será pouco mais do que uma expressão de hipocrisia.

Carreira única

Já no que respeita à estrutura da carreira e estatuto remuneratório, a FENPROF retomará as posições que sempre defendeu: respeito pelo princípio da carreira única e garantia de paridade com as carreiras dos técnicos superiores. Também se defenderá a redução do leque salarial, dos mais amplos dentro da UE, do tempo de serviço para acesso ao topo e a fixação de impulsos salariais idênticos entre cada escalão.

Também de grande importância serão as questões relacionadas com a aposen-

tação de professores e educadores. Não é aceitável a aplicação de um regime de aposentação que para além de penalizar todos os trabalhadores é particularmente penalizador de profissionais cuja actividade é, reconhecidamente, altamente exigente e desgastante. Sem perder de vista o que se considera justo (aposentação ao fim de 30 anos de serviço) a FENPROF não poderá ignorar o actual contexto muito negativo e deverá procurar, para já, recuperar as condições de aposentação existentes antes dos Governos de Santana Lopes e José Sócrates terem alterado as leis em vigor. Simultaneamente propor-se-ão condições específicas a cumprir nos últimos anos de serviço, não sendo esquecida, ainda, a existência de regimes diferenciados de docência, justificando-se, por isso, regimes especiais de aposentação.

Por fim, o conjunto de faltas, férias, licenças e dispensas. Não haverá grandes alterações a propor, apenas que os actuais regimes em vigor sejam respeitados o que não aconteceu nos últimos tempos.

Consensos indispensáveis

É, pois, complexa a revisão que se aproxima. Há propostas que são consensuais, outras certamente serão geradoras de alguma polémica. É natural que tal aconteça, é até importante que assim seja, mas, para que se encontrem os consensos indispensáveis será preciso tempo para debater com os professores. Tempo, também, para que conheçam as propostas do Ministério da Educação.

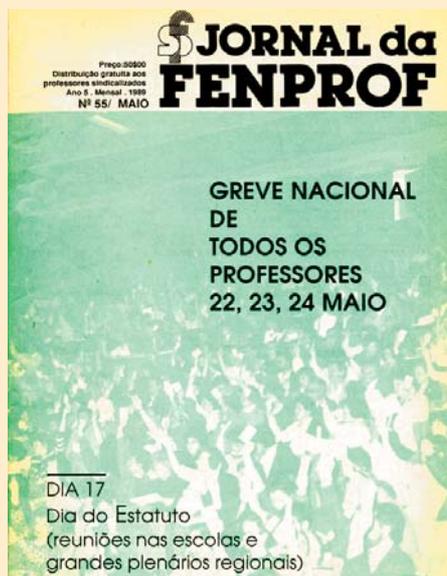
Da parte da FENPROF tudo será feito para que a negociação seja um processo sério e respeitador do quadro legal que a consagra, quer sendo exigente para com o ME, quer respeitando as próprias regras estabelecidas.

Da parte dos professores e educadores espera-se também uma atitude exigente e disponível. Exigente perante o ME, disponível para lutar sempre que (quando e como) se vier a justificar ao longo do processo negocial. ■



ECD com história

Pela Revalorização Material da Carreira Docente



MAIO DE 1989
"JF" nº 55

No editorial de Maio de 1989, Paulo Sucena escrevia: *"Os professores portugueses fizeram no passado dia 11 a maior greve de sempre. Souberam concretizar na acção e na luta o sentimento de profunda indignação pela proposta de reforma do sistema retributivo da Função Pública apresentada pelo Governo."* Para mais à frente reflectir o sentimento dos professores em relação ao comportamento do governo que se recusava a revalorizar materialmente a carreira dos professores cujos salários estavam mais desvalorizados do que nos finais da década de sessenta: *"um comportamento de um governo que reconfirma um certo pendor totalitário, expresso na arrogância com que falta ao prometido e na crença de que é capaz de esmagar o sentir e o querer de mais de uma centena de milhar de professores"*.

Mas Maio estava ao rubro, em luta e com forte pendor mobilizador da acção e da luta dos professores e educadores portugueses. Era por isso, convocada mais uma Greve para os dias 22, 23 e 24 de Maio.

E ontem, como hoje, o editorial do n.º 55 do Jornal da FENPROF era inequívoco: *"Aos professores não restam quaisquer dúvidas de que este Ministro (Roberto Carneiro) e este Governo (o de Cavaco Silva) são inimigos dos Professores"*.¹

Luís Lobo

"Quanto maior importância se atribui à Educação maior atenção tem de ser dada à melhoria das condições de vida dos professores"

"O projecto de intervenção social consubstanciado na FENPROF e no sindicalismo docente que representa é claramente maioritário e determinante na acção global dos professores portugueses"

António Teodoro

"Ninguém se irá pôr de fora. Ninguém se irá trair a si próprio."

Paulo Sucena

Estatuto da Carreira de A a Z

(2ª parte)

F

Formação de Professores — Tem um capítulo específico no diploma, reportando-se à Lei de Bases do Sistema Educativo e aos seus princípios nesta matéria. Pela primeira vez é estabelecida uma relação directa e lógica entre a estrutura da carreira e a formação inicial obtida pelo docente, bem como entre a aquisição de formação superior e o posicionamento de cada um na estrutura da carreira, de acordo com o princípio de carreira única. Aliás, a carreira única valoriza o papel comunicador entre os diversos patamares de progressão independentemente de o professor ou o educador ser licenciado ou bacharel. Consagra três modalidades de formação com relevância para o desenvolvimento

profissional: a formação inicial, contínua e especializada. Em relação à formação contínua, ela é finalmente considerada um direito e um dever simultaneamente. Um direito, tendo em conta que o ECD a considera determinante para a valorização profissional dos professores, reconhecendo-os como detentores de saberes técnicos e científicos próprios, capazes de se valorizarem na relação com os seus pares e externamente à profissão. Tida como formação profissional, a formação contínua, que mantém uma enorme dependência das arbitrariedades do poder em relação à definição de prioridades para o seu financiamento, visa "a actualização, o aperfeiçoamento, a reconversão e o apoio à actividade profissional do pessoal docente". É também um dever, na medida em que da frequência de acções de formação depende a progressão na carreira.

G

Graus académicos — Apesar de enquadrar profissionalmente os professores detentores de bacharelato, licenciatura ou sem formação de grau superior, o Estatuto da Carreira Docente valoriza inequivocamente a licenciatura como o grau académico de base. Nesse sentido encontra-se consagrado no Estatuto que sempre que um professor adquire o grau de licenciatura ou qualificação para o exercício de outras funções educativas (através da conclusão de um Curso de Estudos Superiores Especializados – equiparado, para efeitos de carreira, à licenciatura) deve ser posicionado no escalão em que se encontram os docentes licenciados com o mesmo tempo de serviço. Também estão previstas bonificações em tempo de serviço para os professores que adquiram um mestrado (4 anos) ou um doutoramento (6 anos). Assim, os graus académicos assumem uma importância fundamental na estrutura e posicionamento na carreira, bem como na valorização da profissão. Apesar de aprovado há 16 anos, os governos continuam a não assegurar que todos os professores adquiram, pelo menos, o grau de licenciado. Muitos professores, dos vários níveis, não tiveram ainda possibilidade de frequentar cursos de complemento de formação, designadamente nos 2.º e 3.º ciclos e no ensino secundário, que são os níveis de ensino mais atingidos pela irresponsabilidade de sucessivos Ministérios, nesta matéria.



H

Horário de Trabalho — Tratando-se de um Estatuto de Carreira, seria inacreditável que também ele não consagrasse uma parte substancial do seu articulado ao horário de trabalho. Convém referir que directamente relacionados com esta matéria estão direitos sociais fundamentais como o do direito ao

emprego estável, o direito ao acompanhamento da família, à maternidade e paternidade, mas também profissionais como o direito a um horário fixo de trabalho, à sua remuneração justa, ao pagamento de horas extraordinárias, à bonificação pelo exercício de funções em turnos nocturnos, à duração semanal justa do horário de trabalho e, no caso dos professores educadores, à definição de trabalho lectivo e não lectivo, o que, pela sua complexidade, assume características únicas ao nível da regulamentação do trabalho. O actual ministério da Educação pretende aumentar o horário lectivo de trabalho para níveis nunca verificados. Não se coíbe de impor medidas que reduzem a qualidade de ensino e recusa-se ao pagamento de serviço docente extraordinário o que é motivo de muitos processos que correm em tribunal. A luta dos professores e de todos os trabalhadores da administração pública contra o aumento do horário de trabalho é uma tarefa fundamental.



I

Interrupção da Actividade Lectiva — O Estatuto da Carreira Docente, na esteira de documentos aprovados no plano internacional (é o caso da "Recomendação da OIT-UNESCO sobre a condição do pessoal docente" de 1966), reconhece a profissão docente como sendo de elevado desgaste físico e psíquico, pela sujeição crítica e permanente aos olhos da sociedade, em geral, e pela relação estreita e individualizada que obriga a ter com os alunos e as famílias, em particular, mas também pela necessária e constante actualização científica e pedagógica, pelos elevados custos que acarreta, pelo perigo a que sujeita os docentes nas diárias e/ou longas deslocações que têm de fazer, etc.

Por esse motivo, o Estatuto prevê a existência de interrupções lectivas para alunos, mas também para professores. Em relação a estes, a possibilidade de gozo desses períodos de descanso depende dos interesses e recursos disponíveis em cada escola. Tem-se provado que esses momentos são fundamentais para que, com um novo período lectivo, os professores e educadores reúnam, de novo, as melhores condições físicas e psíquicas. De qualquer forma, a duração do gozo desses períodos (que pode ser interrompido a qualquer momento pelo órgão de gestão, desde que a conveniência de serviço o justifique) não pode exceder os 30 dias por ano, e não pode ser de mais de 10 dias em cada momento, o que, na prática corresponde a 16 dias úteis por ano. É importante referir que o mal-estar crescente que se sente nas escolas decorre, em parte, segundo relatos obtidos junto de muitos professores e educadores, bem como de muitos encarregados de educação, da progressiva supressão de tempos de pausa na actividade docente e discente. Alguns inimigos dos professores e da qualidade do ensino público pretendem acabar com essas interrupções, chamem-se eles Valter Lemos ou Miguel Sousa Tavares, usando, por vezes, a mentira para justificar os seus fins.

[na edição n.º 208 do JF fizemos referência à Intercomunicabilidade como sendo o assunto do ECD a tratar no "A a Z". Porém, tendo em conta os ataques a que os professores têm estado sujeitos, pareceu-nos ser importante tratar as questões da interrupção lectiva]

J

Justificação de Faltas — Em momentos de agudização da luta dos professores e educadores, surgem, normalmente, crónicas, editoriais ou meras subjecções de alguns jornalistas em reportagens sobre acções de luta que procuram transmitir a ideia de que os docentes portugueses ganham muito, mas têm um elevado absentismo, muitas férias, excessivas pausas, pontes, etc., não admitindo, porém, qualquer contraditório. Outra ministra, Ferreira Leite, tentou manchar o bom nome dos docentes para impor medidas muito gravosas, mas acabou por reconhecer que o absentismo dos professores era muito baixo. Mais recentemente, Valter Lemos, num dia de Outono em que os professores faziam greve, sacrificando o seu salário, veio dizer que os



professores faltavam milhões de dias, manipulando a informação e condicionando o apoio da população à luta dos professores. Vale a pena, por isso, lembrar a posição que a FENPROF tomou, já na posse dos dados disponibilizados pelo GIASE-ME:

"Em média, cada professor faltou 0,4 dias (menos de meio dia) por ano ao abrigo do Estatuto do Trabalhador Estudante; Por conta do período de férias cada professor faltou, em média, 3 dias por ano, o que significa que não deu 75% das faltas que poderia ter dado; Por doença, cada professor ou educador faltou 6 dias por ano. Ora, correspondendo muitas dessas faltas a doenças prolongadas, foram inúmeros os que não deram qualquer falta por doença, terão sido a grande maioria; Para assistência à família (filhos com mais de 10 anos ou familiares idosos) cada professor faltou, em média, 1 dia por ano; Já para assistência a filhos menores de 10 anos cada docente, em média, utilizou 0,8 dias; E para tudo o resto (acções de formação, reuniões sindicais, greve, falecimento de familiares, casamento, cumprimento de obrigações legais, faltas não imputáveis ao trabalhador, participação em campanhas eleitorais como candidato,...) cada professor, em média, utilizou 5 dias por ano. Relewa-se o facto de todas estas faltas serem devidamente justificadas e prova-se que os milhões de faltas com que o ME pretendeu esmagar os professores não são assim tão esmagadores e, bem pelo contrário, revelam que a taxa de absentismo dos professores não é superior à dos demais trabalhadores portugueses, nem será diferente da dos seus congéneres europeus. É esta a realidade que o ME, por razões que todos compreendemos, procura escamotear. Fazendo-o e colocando em causa a atitude profissional dos docentes, o ME não diz a verdade, está a ser injusto e presta um mau serviço ao país que tanto necessita de professores respeitados e dignificados."

Provavelmente alguns dos detraidores dos professores não serão tão assíduos quanto os professores. |



Seminário promovido pela FENPROF

Dos "olhares sobre a profissão docente" às "perspectivas para uma revisão" do Estatuto

A dinâmica de uma revisão global, contemplando, numa carreira única, um conjunto de direitos e deveres profissionais, em sintonia com o destacado papel social dos docentes, esteve em foco no seminário que a FENPROF realizou em Lisboa no passado dia 27 de Abril, envolvendo dirigentes, delegados e activistas sindicais oriundos de todas as regiões do País e representado os vários Sindicatos da Federação.

O programa da iniciativa proporcionou um interessante debate organizado em torno de dois painéis: o primeiro subordinado ao tema "Olhares sobre a profissão docente"; o segundo sobre "o Estatuto da Carreira Docente – perspectivas para uma revisão". Moderado por António Avelãs, vice-presidente do SPGL e membro do SN da FENPROF, o primeiro painel registou intervenções de Paulo Sucena, secretário-geral da Federação; Daniel Ricardo, director executivo da revista "Visão"; e Ricardo Vieira, docente do Instituto Politécnico/ESE de Leiria.

O painel da tarde, conduzido por Mário Nogueira, coordenador da Direcção do SPRC e membro do SN da FENPROF, contou com comunicações de Abel Macedo, coordenador da Direcção do SPN e membro do SN da Federação, e de Isabel Baptista, docente da Universidade Católica/Porto, investigadora com profundo trabalho desenvolvido nos campos da ética, da deontologia e da autonomia profissional dos docentes.

Neste caderno especial, reunindo entrevistas, depoimentos, intervenções e outros apontamentos, o "JF" tenta dar uma panorâmica das preocupações e das ideias que marcaram o debate realizado em Lisboa, enriquecido pelas reflexões de muitos dos participantes, presentes na Mesa e entre a assistência, que lembraram os "avanços significativos" conseguidos com o Estatuto, as alterações que já sofreu, "o que temos hoje" e o que "é necessário fazer" em termos de desenvolvimento e divulgação deste combate junto de todos os docentes e da opinião pública em geral. | JPO |

Contributo de Paulo Sucena para uma reflexão fundamental dos nossos dias

Quem é o cidadão-professor?



Paulo Sucena: "Quanto mais vasta e variada for a participação de cada professor no projecto colectivo da escola mais rica será a autonomia desta. Quanto mais autónoma for uma escola mais possibilidades de autonomia dá a cada um dos professores individualmente".

numérica do corpo docente, reflecte essa realidade e traça um perfil do professor com o grau de exigência que considera adequado a quem, nos finais do século XX, tem de trabalhar com uma população estudantil muito diversificada, não raras vezes com comportamentos anti-sociais e outros que impõem, de facto, rigor e seriedade nos critérios de selecção dos professores."

Um mestre muito para lá do "missionário"

Tal perfil profissional, acrescentou o secretário-geral da FENPROF, possibilita que "a docência seja exercida, como escreveu António Nóvoa, por *"profissionais reflexivos que devem deter os meios de controle sobre o seu próprio trabalho, no quadro de uma maior responsabilização profissional e de uma intervenção autónoma na organização escolar"*.

Evocando Rui Grácio, Sucena lembrou que "um mundo novo exige um novo ensino, um novo aluno e um novo tipo de mestre". Um mestre capaz de suscitar no aluno, segundo Grácio, "a vontade e a capacidade de transformar o mundo". Um mestre muito para lá do "missionário" ou do simples transmissor de informação."

Construção colectiva

"Um mestre que deve, como queria Nóvoa, assumir a sua autonomia mas não como uma forma de individualismo absoluto exercida numa sala de aula encarada como uma impenetrável torre de marfim. Tal seria pensar que a renovação e inovação da e na escola se alcançariam com o esforço solitário de cada professor quando a realidade mostra que aqueles caminhos só são passíveis de serem trilhados, com proveito individual e da comunidade, se forem construídos colectivamente, sob o impulso de um projecto plural assumido pela escola", observou o secretário-geral da FENPROF.

Noutra passagem, afirmaria:

"Quando visionamos a renovação e a inovação que os diferentes contextos sócio-

Ser Professor Hoje...

...exige ao docente uma face reflexiva, interventiva e reivindicativa mas também a consciência de que o seu perfil profissional se constrói e reconstrói com a problematização de questões e a produção de respostas sobre o contínuo movimento da História

As palavras são de Paulo Sucena e marcaram o arranque dos trabalhos do seminário realizado em Lisboa no passado dia 27 de Abril. Muito mais do que uma intervenção formal de *abertura*, foi um contributo enriquecedor para uma reflexão fundamental nos dias que vivemos: Quem é o cidadão-professor? Que desafios, exigências, tarefas e responsabilidades se atravessam no seu caminho?

Ao iniciar a sua intervenção, o secretário-geral da FENPROF recordou que "a Lei de Bases do Sistema Educativo (1986) consagra alguns princípios gerais sobre a formação de professores dos ensinos básico e secundário", propondo uma reflexão à volta de temas como:

- formação integrada quer no plano de preparação científico-pedagógica quer no da articulação teórico-prática;
- formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude

simultaneamente crítica e actuante;

- formação que favoreça e estimule a inovação e investigação, nomeadamente em relação com a actividade educativa;
- formação participada que conduza a uma prática reflexiva e continuada de auto-informação e auto-aprendizagem".

Um intelectual bem preparado

"A leitura crítica destes princípios", prosseguiu o dirigente sindical, "desde logo aponta para uma concepção de professor encarado como um intelectual portador de uma vasta e variada preparação científico-pedagógica, enriquecida nos campos da prática, da investigação e da inovação".

Mais adiante, Paulo Sucena afirmou:

"A Lei de Bases do Sistema Educativo, produzida e aprovada num tempo em que já se havia dado a massificação do sistema educativo e a consequente explosão



ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE

económico-culturais exigem associamo-las substancialmente à autonomia das escolas o que não significa que posterguemos a autonomia individual do professor. Aliás, quanto mais vasta e variada for a participação de cada professor no projecto colectivo da escola mais rica será a autonomia desta. Quanto mais autónoma for uma escola mais possibilidades de autonomia dá a cada um dos professores individualmente".

Cultura profissional

Essa autonomia profissional "também se demonstra", segundo Paulo Sucena, "através da capacidade de pensar, planificar e executar procedimentos e de decidir, a cada momento, de forma comprovadamente criteriosa".

"Tal exige do professor uma argúcia perceptiva ampla e diversificada, acompanhada do poder de engendrar permanentemente as atitudes, os gestos e os comportamentos relacionais mais ajustados", observou mais adiante.

"Deste ângulo", avançou Paulo Sucena, "estamos a perspectivar, como Torres Santomé, a seguinte necessidade: "o professor como investigador na aula terá que redefinir constantemente a sua prática à luz das suas próprias ideias e ideais", assente naquilo a que se chama "cultura profissional" dos professores - o acervo de conhecimentos, de técnicas, de valores e de linguagens cuja amplitude e profundidade aliadas a uma rigorosa e eficiente utilização nos mostram a qualidade

Como escreveu Rui Grácio, "um mundo novo exige um novo ensino, um novo aluno e um novo tipo de mestre". Um mestre capaz de suscitar no aluno, segundo Grácio, "a vontade e a capacidade de transformar o mundo". Um mestre muito para lá do "missionário" ou do simples transmissor de informação."

profissional do docente."

"Ser professor hoje obriga também a que os profissionais do ensino não se deixem enredar pela crise que abala a escola e o sistema educativo, fruto de erros, incoerências e incúrias da política educativa dos últimos anos, e se assumam como imprescindíveis agentes de mudança e não como reprodutores mecânicos de práticas empíricas", referiu.

Desenvolvendo ainda essa temática, Paulo Sucena realçou que "nos tempos de hoje, nenhum professor que encare com rigor as exigências da sua formação científica e profissional, nenhum professor que busque com afinco as melhores respostas para as inúmeras e complexas questões de ordem científica, pedagógica, sociológica, ética ou outra, pode permitir que desqualifiquem a sua profissão ou lhe ocultem os seus parâmetros científicos. Por isso, para que sejam os melhores a responderem às exigências do ser professor hoje,

é necessário que os docentes não sejam pagos "a preço de saldo" para, uma vez mais, usar uma expressão desse grande vulto do pensamento educativo que se chamou Rui Grácio."

A oficina onde se forja a autodeterminação

Citando ainda Rui Grácio, Sucena afirmaria que "os tempos de hoje determinam que os professores sejam exigentemente seleccionados, o que implica também uma formação contínua adequada e de qualidade, e simultaneamente que o poder político transforme uma escola selectiva e centrífuga para grande número dos alunos numa "oficina onde a experiência se devia ordenar, ou aceitar que se ordenasse, de maneira a garantir a cada um, no encontro com o real e com os outros, o encontro de si mesmo; ou melhor: o constante reencontro, a intérmina reconstrução de si mesmo, pois que o *eu* não é um dado, mas uma conquista, uma reconquista incessante.

"De qualquer modo: a oficina onde se forja a autodeterminação de um destino pessoal para satisfação própria e o proveito do bem comum", destacou ainda o dirigente sindical.

"Em síntese, é legítimo afirmar que ser professor hoje exige ao docente uma face reflexiva, interventiva e reivindicativa mas também a consciência de que o seu perfil profissional se constrói e reconstrói com a problematização de questões e a produção de respostas sobre o contínuo movimento da História", concluiu Paulo Sucena. | JPO |

Questionar a própria pedagogia

"Ao professor de hoje pede-se que encare o pensamento pedagógico não como um mero acervo de técnicas de intervenção prática mas como um pensamento científico", destacou Paulo Sucena no seminário de Abril, que comentaria logo de seguida:

"Uma das mais relevantes tarefas que se colocam aos professores, no domínio teórico, é a de questionar a própria pedagogia, no sentido de a interrogar explicitamente e não a aceitando como mera história da pedagogia, alicerçada nas ideias dos grandes pedagogos, aquilo a que se costuma chamar tradição pedagógica. Não é a aceitação existencial da tradição, do que se tornou institucional, que

se pede ao professor, neste dealbar do século, antes, pelo contrário, o que se lhe aponta são os fascinantes caminhos da inovação. De outro modo, poderia dizer que do que se trata aqui não é do professor enquanto sujeito formal de conhecimento mas de um profissional com consciência histórica porque a sua relação com os outros também é fundamentalmente histórica."

"Ao apontar alguns breves traços para um perfil de professor", o secretário-geral da FENPROF sublinha que "a sua concretização depende de muitos factores, de natureza política e não só, que se reflectem no sistema educativo e na escola". |



Crises de identidade

■ Daniel Ricardo (*Director Executivo da Revista "Visão"*)



Seria extremamente pretensioso da minha parte vir aqui falar-vos da identidade profissional dos professores ou de como os professores encaram a sua profissão, porque, como é óbvio, se trata de uma matéria que não domínio. Presumo, pelo que vejo, ouço e leio na televisão, na rádio e nos jornais, que,

desde o advento do processo de massificação escolar, se tem instalado em diversos níveis do sistema educativo, um crescente mal-estar, porventura empolado pelos próprios órgãos de informação e pelos chamados *opinion makers*, de cujas causas, múltiplas e complexas, a menos relevante não será, decerto, a falta de preparação de muitos docentes para se adaptarem às novas realidades.

Longe de mim a intenção de sequer beliscar o vosso orgulho profissional. Mas a verdade é que, numa entrevista que me concedeu em 2002, a propósito da publicação do seu livro *As Políticas de Educação em Discurso Directo*, António Teodoro, especialista, como sabem, em Ciências da Educação, já me dizia que a escola está a responder mal aos problemas levantados pela massificação, o principal dos quais, em sua opinião, reside na diversidade cultural. «A escola», afirmou ele, então, «foi criada para uniformizar, de acordo com os padrões do Estado-Nação. Em primeiro lugar, a língua: na escola portuguesa, não se permitia a ninguém que se exprimisse, por exemplo, em mirandês, ainda que essa fosse a sua língua materna; em segundo lugar, os hábitos culturais, impondo-se às crianças do campo uma cultura urbana, ou seja, tomando-se como modelo o aluno da classe dominante, a que os americanos chamam WASP (*White, Anglo-Saxon, Protestant*) e que nós, por analogia, poderíamos denominar BLC (Branco, Luso, Católico). O que se pedia aos

professores era, pois, que ensinassem muitos como se fossem um só. Agora, pede-se-lhes que tenham em conta as diversidades culturais, que as respeitem e as ponham a dialogar. Mas eles não estão ainda preparados para essa grande alteração do paradigma escolar», concluiu António Teodoro.

Pessoalmente, não me espanta que assim seja. Na perspectiva, digamos, da História da Educação, foi muito rápida a transformação das populações escolares, antes homogéneas, em multidões de variadas origens não apenas culturais mas também étnicas e sócio-económicas, num contexto «de mudança de valores, em que o dinheiro e o lazer estão a ganhar peso, em prejuízo do conhecimento e da leitura, e instituições de socialização, como a Igreja e a família, se confrontam com uma profunda crise», conforme nota António Teodoro, naquela entrevista. E sublinha: «O professor tornou-se numa espécie de criada para todo o serviço. Além de ensinar, tem de ser pai ou mãe, psicólogo, assistente social, polícia. Isto é, atribuem-se à escola mais e mais responsabilidades, nas quais se

diluem as funções docentes (...). Quando se acumulam muitas e diversas competências, perde-se a noção de qual é a principal.»

Como jornalista, já experimentei este sentimento de desorientação, gerador de mal-estar e, conseqüentemente, da mesma desmotivação de que muitos professores actualmente se queixam. Foi quando, no final dos anos sessenta, pouco tempo depois de ter ingressado na profissão, ao serviço de *A Capital*, me dei conta de que, por causa da censura, em vez de cumprir a minha mais importante obrigação profissional – a de informar os leitores, com verdade e rigor, sobre o que, de relevante, se passava no País e no mundo – gastava o meu tempo a cobrir *faits divers* (desastres, pequenos delitos, etc.) e inaugurações de miudezas pelo Presidente Américo Tomaz ou a resumir discursos de ministros, que pouco mais os censores deixavam publicar...

Experimentei eu esse sentimento e experimentaram-no muitos dos jovens jornalistas da época. Defraudados nas nossas expectativas, violentamente agredidos por uma realidade que não nos permitia realizar o sonho de contribuir, através das nossas reportagens, para melhorar o mundo, perguntávamos uns aos outros: qual o sentido da nossa profissão? Depois reagimos, organizámo-nos e concorremos às eleições para os corpos gerentes das duas principais instituições da classe, o Sindicato e a Casa da Imprensa, então dirigidas por velhos jornalistas, na maioria apoiantes do regime. Ganhámos. E o Contrato Colectivo de Trabalho de 1972, já negociado por nós, tornou-se no primeiro diploma a consagrar as incompatibilidades profissionais e a objecção de consciência.

Mas os paralelismos que as fragilidades do sistema educativo, postas a nu pela massificação do ensino, me sugerem são, sobretudo, os que penso existirem entre a situação escolar actual, por um lado, e as que envolveram o aparecimento *mass media* e a emergência das novas tecnologias de informação, por outro. A vós pertencerá descobrir as diferenças e as semelhanças.

Coincidências

Foi a Revolução Industrial que criou as condições para o aparecimento da imprensa de massas ⁽¹⁾. Com efeito – para não falar de outras transformações nos campos político, económico, social, cultural e científico que já estavam em gestação desde o início de oitocentos ⁽²⁾ –, o caminho-de-



ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE



“Por causa dos maus jornais e dos maus repórteres, bem como da multiplicação de novos órgãos de informação multimedia, das novas tendências, no campo da propriedade dos media, e das alterações legislativas anunciadas para o sector, também na classe a que pertença se instalou um grande mal-estar. Por isso, o nosso próximo Congresso, que decorrerá ainda este ano, se subordinará ao tema... adivinhem... *A identidade dos jornalistas*” (Daniel Ricardo)

ferro, a navegação a vapor, o telégrafo e, logo a seguir, o telefone, reduziram as distâncias, acelerando a circulação das informações que a linotipia e a impressão mecânica permitiam multiplicar com uma rapidez até então inimaginável: em 1867, a rotativa de Hyppolite Marinoni tirava, por hora, 18 mil exemplares do *Petit Journal*, de Paris. E, em 1880, a fotografia estreou-se na imprensa (concretamente, no *Daily Graphic*, de Londres), anunciando o advento dos periódicos ilustrados.

Entretanto, alargara-se o mercado potencial dos jornais, devido à concentração demográfica nas grandes cidades e à necessidade de informação decorrente de uma maior participação popular na vida política e do desenvolvimento das relações internacionais, diplomáticas e comerciais, bem como em resultado do aumento da instrução das populações urbanas – «a alfabetização tornara-se conveniente, necessária e, por fim, obrigatória para se ter acesso a qualquer emprego», observa a investigadora brasileira Nilson Lage⁽³⁾.

Massificava-se o público-alvo, impunha-se aos jornais adaptar-se à nova situação. Não surpreende, assim, que, a partir da segunda metade do séc. XIX, em

Inglaterra, nos EUA e também em Portugal, onde o *Diário de Notícias* simboliza a grande mudança⁽⁴⁾, tenha começado a definir os seus contornos um novo estilo jornalístico, dirigido às recém-aparecidas camadas intermédias de administradores de empresas e de operários especializados. De vocação essencialmente informativa, esta nova forma de praticar o jornalismo, baseada no «relato objectivo dos factos» vai conquistando cada vez mais terreno. E inicia-se a lenta agonia da imprensa ideológica que até então se publicava, «doutrinária e moralista, de espírito proselitista, ao serviço de ideias políticas e religiosas», conforme observa o professor espanhol José Luís Martínez Albertos⁽⁵⁾. Sem possibilidade de ampliarem as audiências, porque o seu público leitor são as elites politizadas, os jornais de opinião dificilmente conseguem angariar publicidade, vendo-se obrigados a praticar altos preços por exemplar, mesmo quando contam com subvenções de partidos, sindicatos ou grupos de pressão.

Mas se, por esta época, os periódicos mais sérios tentavam respeitar o princípio da objectividade, que consistia em narrar os acontecimentos, sem os interpretar, conquistando, por isso, grande prestígio, já

os jornais populares, de enorme peso, no conjunto da imprensa, devido às suas gigantescas tiragens, logo começaram a distorcer e mesmo a ficcionar os factos, ao sabor da excitação do momento, porque o importante, para eles, era «vender papel», adoptando os métodos sensacionalistas que, uns anos antes, James Gordon Bennet, chefe de Redacção de *The New York Herald*, preconizava, sob o lema «Nunca deixem que a verdade vos prive de uma boa história».⁽⁶⁾

Sem formação técnica, que, em jornalismo, implica formação ética, os jornalistas da imprensa popular, também chamada «imprensa amarela», depressa caíram no descrédito. O problema foi que, dada a tendência da opinião pública para generalizar, esse labéu acabou por atingir, igualmente, a reputação dos repórteres dos jornais sérios...

Nem por isso, todavia, se registaram quebras de tiragens e de vendas. Bem pelo contrário. Os leitores mais exigentes criticavam a futilidade dos jornais sensacionalistas, que ignoravam as suas necessidades de informação. Mas corriam a comprá-los, mal eles saíam da prensa.

E vem a propósito abrir um parêntesis para dizer que, no final da sua entrevista, António Teodoro afirmou: «Quando se discute a questão dos *gangs*, que solução se apresenta? Menos tempos livres, mais escola. Há problemas de educação sanitária, de educação rodoviária? A escola que os resolva. Aumenta o desemprego? É porque o ensino profissional não está a responder.» E comentou: «Actualmente, toda a gente se permite criticar o sistema escolar – os *opinion makers*, a opinião pública informada, os pais dos alunos. Mas o seu discurso é paradoxal: ao mesmo tempo que zurzem na escola – sabe o que exigem? Exigem mais escola...» Coincidência?

Só depois da II Guerra Mundial, na sequência da divulgação do duro Relatório Hutchins acerca do estado da informação⁽⁷⁾, se generaliza a reacção contra o sensacionalismo da chamada «imprensa amarela». Multiplicam-se, então, as escolas de jornalismo, surgem movimentos como o *New Journalism* e o do Jornalismo Interpretativo – igualmente em resposta à concorrência da rádio e da televisão que já ameaçavam agravar os problemas suscitados pela massificação – e são aprovados Códigos Deontológicos e outros instrumentos de auto-regulação e co-regulação. Nem sempre, porém, com grande êxito, reconhece-se...

Actualmente, é a Internet que coloca os meios tradicionais perante novos desafios. A emergência do jornalismo digital, imprimindo uma velocidade sem precedentes à circulação da informação e transformando a comunicação de massas em comunicação global, levanta questões mais sérias e urgentes que nunca, nos campos da formação dos recursos humanos (jornalistas e técnicos) e da ética profissional.

E a escola? Não está também ela a sentir o impacto das novas tecnologias? Não tem, também ela, de encontrar respostas para os problemas suscitados pela atracção que a Internet exerce sobre os jovens?

Derrapagens

Não é raro ouvirmos os nossos governantes – os actuais e os que anteriormente se sucederam no poder – proclamar que o ensino constitui a principal prioridade do Executivo. Outra coisa não seria, aliás, de esperar, num país em que a taxa de abandono escolar atingiu 33,7% em 2002/03, 40% da população com idades entre 20 e 24 anos não completou o 12.º ano e a iliteracia afecta, em maior ou menor grau, cerca de 80% dos portugueses com mais de 15 anos. Nem quando, num contexto de globalização, por toda a parte se valoriza o conhecimento como factor incontornável de progresso e desenvolvimento, e, apesar disso, o mais recente relatório da OCDE denuncia a falta de qualidade da educação, em Portugal, devida, especialmente, à deficiente formação dos professores e dos directores das escolas.

Mas se o ensino representa a maior preocupação do Governo, poucas medidas governamentais terão suscitado tanta contestação como algumas das mais emblemáticas do Ministério de Maria de Lourdes Rodrigues. Esse foi – e, porventura, continuará a ser – o caso da que obriga os professores a permanecerem nas escolas para além do seu horário lectivo, a fim de assegurarem substituições de colegas e actividades extra-curriculares, sem que lhes tenham sido previamente garantidas as necessárias condições de trabalho. Polémico se prevê também o anunciado encerramento de 1500 estabelecimentos de ensino, cujo diminuto corpo discente não justifica, nos planos pedagógico e económico, segundo o Ministério, que continuem a funcionar, não obstante os prejuízos que daí advirão para milhares de crianças. Pelo contrário, afiguram-se consensuais as decisões de

proporcionar aos alunos do 1º ciclo a aprendizagem do Inglês e à generalidade das escolas o acesso à Internet.

De todos estes problemas, conflitos e consensos se têm feito eco os jornais. Uns mais do que outros, é certo, e alguns através de curtas notícias descontextualizadas, ou seja, sem o aprofundamento e mesmo a interpretação que as decisões governamentais anunciadas exigiriam, para serem compreendidas na sua verdadeira dimensão e significado, e frequentemente com base em fontes institucionais, ignorando o contraditório. Bem como através de textos de opinião, da autoria quer de especialistas quer daqueles comentadores de tudo quanto acontece, muitos dos quais sobrepõem a militância ideológica ao rigor da análise que deles se espera.

Em contrapartida, a agenda televisiva parece nunca ter prestado ao ensino a atenção que este merece. No livro que acaba de publicar, sob o título *Prime Time – Do que falam as notícias dos telejornais*, o professor universitário Nuno Goulart Brandão revela, com base na análise quantitativa de 180 telejornais da RTP1, SIC e TVI, que, em 6315 notícias, apenas 75, ou seja, 1,19%, foram sobre Educação, e somente 14 (ou 0,22%) sobre Ciência e Tecnologia. Trata-se de um estudo efectuado em 2003. Mas, como afirma Francisco Pinto Balsemão, no prefácio da obra, de então para cá, as tendências detectadas pelo autor pouco se terão alterado.

Fixemo-nos, pois, nos jornais. E tomemos como exemplo, as peças relativas à greve de fins de Fevereiro deste ano dos docentes do 1º ciclo contra as regras de organização dos horários, que tornaram obrigatória a sua permanência nas escolas até às 17 e 30. Lendo-as, verifica-se que alguns jornalistas se limitaram a publicar a contabilidade das adesões, opondo os sacramentais 5%, anunciados pelo Ministério, às percentagens divulgadas pelos sindicatos. Outros, porém, fizeram o que deviam: contrapuseram aos argumentos ministeriais as razões que levaram a FENPROF a convocar a paralisação. Se o não tivessem feito, muitos leitores teriam acreditado, por desconhecerem os motivos do protesto, que aqueles professores o que pretendiam era trabalhar menos horas, prejudicando, assim, os seus alunos. Esse foi, com certeza, o efeito provocado por títulos como «Professores em greve contra alargamento dos horários».

É claro que, nos casos desta natureza, o

“Será por acaso que os professores, os políticos, os juizes, os magistrados do Ministério Público, até os árbitros de futebol, e tantos outros grupos profissionais, incluindo o dos próprios jornalistas, se queixam de que os media, ou antes, os maus jornalistas, aqueles que funcionam como reverenciais porta-vozes das suas fontes, lhes denigrem a imagem?”

(Daniel Ricardo)

ideal seria que os jornais tomassem a iniciativa de enviar equipas de reportagem para o terreno, a fim de verificarem se as escolas dispõem ou não das tais condições de trabalho exigidas pelos docentes em greve. Infelizmente, porém, hoje em dia, na maioria dos diários, é através de entrevistas, frequentemente feitas pelo telefone, que se recolhem as notícias e se cumpre (embora nem sempre) o contraditório. Os jornalistas cada vez saem menos das redacções, onde contam com os despachos da Lusa para encherem uma boa parte das páginas dos seus jornais. E, na televisão, chegam a entrevistar-se uns aos outros. O pivot de telejornais da SIC João Adelino Faria manifesta, num texto que escreveu para o site do Clube dos Jornalistas, a sua perplexidade, após ter assistido, numa estação concorrente, que não identifica, ao que pode considerar-se um momento de extrema bizarria: um jornalista convidado comentava um comentário de outro jornalista que, na véspera, fora convidado para comentar um determinado acontecimento. Além disso, por, geralmente, exigir o empenhamento, durante longos períodos, de um repórter ou de uma equipa de repórteres, que, nas pequenas redacções portuguesas, os editores consideram necessários para se ocuparem de outras tarefas, o jornalismo de investigação tem sido progressivamente abandonado.

Por outro lado, desde a emergência, em Portugal das televisões privadas e do aparecimento de novos jornais sensacionalistas que a corrida desenfreada dos media aos primeiros lugares nas tabelas de vendas e audiências e consequente acesso às campanhas publicitárias mais rentáveis, arrasta muitos jornalistas para uma guerra



ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE

que não é deles, mas dos seus patrões, levando-os a sacrificar os deveres profissionais aos interesses comerciais ou ideológicos das empresas para as quais trabalham. É o que acontece, por exemplo, quando, na ânsia de publicarem uma notícia em primeira mão, reproduzem opiniões bombásticas de fontes... anónimas...

E se à concorrência entre as empresas jornalísticas juntarmos a competição entre os próprios jornalistas, determinada quer pelo desejo de alguns de ascenderem ao vedetismo, trocando «a ética pela sua imagem, o rigor da informação pelo espectáculo, a distância crítica pela intimidade com as fontes»⁽⁶⁾, em especial com as poderosas e as mundanas, quer, no que respeita aos mais jovens, quase todos contratados a prazo, pela justo desejo de ingressarem nos quadros - então, teremos confeccionado o caldo de cultura propício à precipitação e à leviandade na recolha e à superficialidade no tratamento das informações.

Neste contexto, agravado pela concentração da propriedade dos media, que a UNESCO já considerou lesiva do pluralismo da informação e mesmo da liberdade de expressão do pensamento, e pela crise económica que atravessa quase todos os sectores de actividade, no nosso país, multiplicam-se as derrapagens deontológicas, com grave prejuízo da isenção e do rigor que devem caracterizar todo o trabalho jornalístico.

Será por acaso que os professores, os políticos, os juizes, os magistrados do Ministério Público, até os árbitros de futebol, e tantos outros grupos profissionais, incluindo o dos próprios jornalistas, se queixam de que os media, ou antes, os maus jornalistas, aqueles que funcionam como reverenciais porta-vozes das suas fontes, lhes denigrem a imagem?

Manipulações

No que ao ensino se refere, não é novidade para ninguém que nenhum Governo resiste à tentação de deixar a sua marca no sistema educativo. De Executivo para Executivo, sucedem-se, pois, as medidas avulsas, algumas apresentadas como autênticas reformas, que os órgãos de informação não podem deixar de noticiar, dado o seu interesse para largas camadas da população. O problema é que, em geral, os jornalistas encarregados de as tratar, que pouco ou nada sabem de educação, não se



“Acontece, com frequência, ser o anúncio das medidas governamentais mais impopulares acompanhado por artigos de opinião, cujos autores, ligados ao partido no poder, não hesitam em misturar dados que nada têm a ver uns com os outros, para assim defenderem as decisões do Governo” (Daniel Ricardo)

interrogam sobre a sua natureza. Vão essas medidas no sentido de reforçar a implantação de uma escola para todos ou apostam numa pedagogia elitista e meritocrática? Visam contemplar as diferentes necessidades educativas das heterogêneas populações escolares ou ir ao encontro da reivindicação neoliberal de um ensino que premeie a eficácia e a competitividade?

Dir-se-á - e com justiça - que, não sendo especializados em educação, os jornalistas deviam consultar especialistas que os ajudassem a compreender e a interpretar os temas sobre os quais escrevem, para não cometerem erros factuais ou conceptuais. No entanto, a velocidade a que, devido, sobretudo, à concorrência, têm de trabalhar, para não perderem as cachas (ou notícias em primeira mão), leva-os a queimar alguma das etapas que o bom jornalismo aconselha a percorrer, chegando mesmo a ignorar a obrigação do contraditório.

Além disso, acontece, com frequência, ser o anúncio das medidas governamentais mais impopulares acompanhado por artigos de opinião, cujos autores, ligados ao partido no poder, não hesitam em misturar dados que nada têm a ver uns com os outros, para assim defenderem as decisões do Governo. E conseguem fazê-lo de tal modo que os seus raciocínios até parecem possuir alguma lógica. A técnica é simples. Por exemplo, a propósito do aumento do tempo de perma-

nência dos professores nas escolas, escrevem o que o senso comum considera indiscutível: só é preciso mudar aquilo que está mal. E o que é que está mal? O ensino, pois claro. Vejam-se os índices de insucesso e abandono escolar, a incapacidade dos responsáveis de tornarem as escolas em espaços apetecíveis para os alunos, etc., etc. E quem são os responsáveis? Os professores, pois claro, que não querem perder os seus privilégios, entre os quais se contam os chorudos ordenados que auferem, em comparação com os dos outros países europeus, devendo eu abrir aqui mais um parêntese para registar que, se as contas de certos *opinion makers* estivessem certas, então, em alguns daqueles países, os docentes ganhariam abaixo do salário mínimo local...

Consequentemente, a imagem dos professores que tais artigos de opinião, certas notícias e alguns títulos passam para a opinião pública é a de um grupo social privilegiado, bem pago, que não gosta de trabalhar, não sabe ensinar e transforma os estabelecimentos escolares em lugares onde os alunos não querem estar.

Não se pense, no entanto, que os jornais detêm o exclusivo de desfocar o retrato da vossa classe. Permitam-me que lhes leia uma carta dirigida ao director da *Visão* por uma leitora:

«Já se impunha que *Morangos com*

Açúcar tomasse um lugar importante em cursos de formação de professores e de gestores escolares, a fim de, com base nesta série, se mostrar o que não se deve fazer. Tomemos como exemplo a 'professora de Inglês': não deve falar português na aula; não deve usar a língua inglesa só como adorno ou só para repreender ('*Open your books on page X* e façam os exercícios' ou 'Meninos, *silence!*'); não deve usar a avaliação/testagem como arma de repressão ('Hoje há um mini teste de surpresa!'); não deve dar aulas particulares em casa, a alunos seus, etc. Em outros momentos, os alunos têm para com os professores, em sala de aula, atitudes de grande irreverência, sem que, por isso, sejam repreendidos (numa aula de substituição, os alunos abandonam a sala deixando 'a professora' conformada com a situação).

No plano da gestão escolar, repare-se como foram tratados os casos disciplinares. Mais pareciam julgamentos sumários, lembrando um passado distante, sem que passos fundamentais consagrados pelo nosso actual sistema educativo, como inquéritos, audição de testemunhas e reunião com os encarregados de educação fossem sequer referidos, para já não falar da composição do chamado Conselho de Turma.

Muitos seriam os exemplos a estudar numa série que está a transpor o patamar entre a ficção e a realidade – numerosos são os jovens que hoje se vestem, dançam ou agem como as personagens de *Morangos com Açúcar*.

Nada disto seria importante se a série não pretendesse passar mensagens sobre a conduta dos jovens em situação escolar. O que deve preocupar os profissionais do ensino é a imagem distorcida que deles, a série, transmite. E por quê quase sempre através da 'professora' de Inglês?

Será que a TVI, a editora escolar que apoia a série e as instituições associativas de professores ainda não repararam neste fenómeno?»

Como certamente se terão dado conta, ao falar da forma como os jornalistas denigrem a imagem dos professores, denegri eu a imagem dos jornalistas. Impõe-se, por isso, sublinhar que, felizmente, ainda há, em Portugal, bons jornais e ótimos repórteres. Só que, por causa dos maus jornais e dos maus repórteres, bem como da multiplicação de novos órgãos de informação multimédia, das novas tendências, no campo da propriedade dos media, e das alterações legislativas anunciadas para o sector, também na classe a que pertença se instalou um grande mal-estar. Por isso, o nosso próximo Congresso, que decorrerá ainda

este ano, se subordinará ao tema... adivinhem... «A identidade dos jornalistas». ■

Daniel Ricardo
dricardo@edimpresa.pt

(1) Seguindo a evolução dos jornais, nos países desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos da América, desde meados do séc. XIX, tal como a descreve o investigador Angel Benito (*Teoría General de la Información*, Ed. Guadiana, Madrid, 1973, pág. 163), verificamos que, em consonância com o próprio desenvolvimento social, a um jornalismo marcadamente ideológico se sucederam o jornalismo informativo e, já nos anos 50 do séc. XX, o jornalismo de explicação ou interpretativo, os quais coexistem, hoje em dia, nas publicações de referência.

(2) Desde o início de oitocentos que já estava em gestação uma impressionante série de transformações, nos campos político, económico, social, cultural e científico, da qual haviam de resultar a implantação do liberalismo, promotor da liberdade de publicação; a consolidação da economia de mercado e o conseqüente boom da publicidade, determinado pela crescente concorrência empresarial e que não só possibilitaria a baixa do preço dos jornais, como desencadearia a corrida destes à conquista do maior número possível de leitores; a institucionalização, nos países industrializados, do sufrágio universal; e, acima de tudo, o progresso tecnológico, no quadro da Revolução Industrial e dos avanços na utilização da electricidade.

(3) *Ideologia e Técnica da Notícia*, Ed. Vozes, Petrópolis, 1979, pág. 21

(4) Os primeiros jornais portugueses eminentemente informativos foram os lisboetas *Jornal d'Utilidade Publica* (1841) e *O Telegrapho* (1845). Mas, segundo o historiador José Manuel Tengarrinha (*História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Ed. Portugal, Lisboa, 1965), só no período de 1865 a 1885 se estabelecem, no nosso país, «as condições propícias à transformação industrial da imprensa». É, efectivamente, em 1 de Janeiro de 1865 que se publica, em Lisboa, o nº 1 do *Diário de Notícias*, o quotidiano que simboliza aquela transformação. Trata-se, escreve Tengarrinha, «de um jornal popular, de preço, 10 réis [entre duas e quatro vezes menor que o dos outros jornais], e estilo ao alcance de todos (...), essencialmente noticioso e sem filiação partidária», que, em 1865 já vendia 26 mil exemplares, carregados de publicidade.

Explica o historiador: «Prefere-se cada vez mais a informação objectiva à discussão e à opinião, as notícias sensacionalistas aos editoriais reflectidos – o que é reflexo da transformação da sociedade e da evolução ideológica da burguesia. Na necessidade de encontrar um público mais largo, o jornal procura manter uma atitude imparcialmente objectiva, dirigindo-se, assim, a todos, e não a um mercado específico de leitores ideologicamente afins, mas necessariamente muito mais restrito.»

(5) *Curso General de Redacción Periodística*, Ed. Paraninfo, Barcelona, 1992, pág. 266

(6) Conta o investigador Nicolás Gonzalez Ruiz (*Periodismo, Teoría e Práctica*, Ed. Noguer, SA, Barcelona, 1955, pág. 578): «Bennet estimulava e incitava os seus repórteres mais empreendedores a procurarem crimes, escândalos, incluindo os sexuais, e os aspectos mais sórdidos da vida. E o público, ainda que, ao princípio, se sentisse – como, de facto, se sentia – escandalizado e ofendido por semelhante exposição da luxúria, dos vícios e das baixas paixões do homem, ao mesmo tempo que condenava o director que publicava esse lixo, corria a comprar o *Herald*, mal este saía da prensa.»

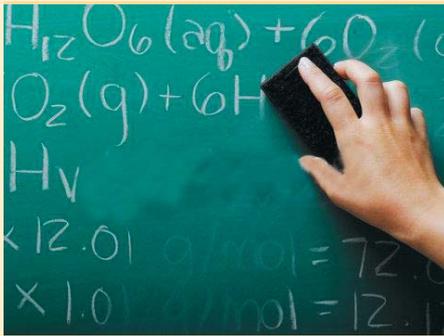
(7) *Free and Responsible Press*, 1947, estudo encomendado pelo Governo dos EUA

(8) Do manifesto da lista que, em 1996, venceu as eleições para o Conselho Deontológico dos jornalistas



“Não será nunca demais referir a complexidade que preenche hoje o quotidiano de qualquer escola. Como escrevia recentemente Isabel Baptista, “na realidade, a acção educativa desenvolve-se num contexto de especificidade humana que torna inconcebível a redução da função docente a uma dimensão meramente técnica ou instrumental”. E é isto que, objectivamente, pretendem Maria de Lurdes Rodrigues e José Sócrates. É isto que manda o neoliberalismo em Educação. Para quem pensa assim os professores têm formação a mais, não são ainda suficientemente controlados, medidos no seu desempenho pelos resultados que consigam obter, não importa os contextos próprios de escola, a comunidade onde se insere, as pressões sociais que sofre”.

Abel Macedo



O professor e a sua circunstância

■ **Alfredo Maia**
(Presidente do Sindicato dos Jornalistas)

Ao encerrar a "Semana" que dedicou à Educação, o anterior Presidente da República enfatizou duas profissões que não devem permanecer reféns dessa desculpabilização recorrente, segundo a qual "em todas as profissões há bons e maus profissionais". Pelo especial valor que, no limite, está confiado às suas mãos, uma é a de médico. Pela importância decisiva na formação dos cidadãos, a outra é a de professor.

Quando recordamos os professores que marcaram a nossa vida, há nomes que ficaram gravados de forma indelével, no catálogo dos que nos iniciaram nos prodígios da Língua ou no fascínio das Ciências, ou, "simplesmente", nos ajudaram a crescer com os outros. Ou ficaram pela razão inversa. E há nomes que se esfumaram.

Nesse ajuste de contas com a nossa memória ou no alinhamento apressado por certos discursos, raramente temos presente que um professor é ele e a sua circunstância. Em lugar de nos apressarmos a aplaudir – ou simplesmente a ser cúmplices... – da condenação acrítica dos erros e dos defeitos, seria útil um pequeno esforço, para compreender por que não nos batemos mais pela criação de condições correspondentes ao nível de exigência em relação ao qual tanto e tão facilmente elevamos a fasquia. ■

Os equívocos de MST

■ **Jorge Manuel Serra Almeida** (Escola: Sec /3 CEB Pedro Nunes)

Em 24/05/05 (salvo erro), Miguel Sousa Tavares em artigo de opinião no "Público" (Sonae - Eng. Belmiro de Azevedo) escrevia qualquer coisa como isto: de acordo com alguns inquéritos, sondagens ou estudos de opinião os portugueses em geral (ou na sua grande maioria) concordavam com as reformas que o Governo preparava e/ou anunciava, desde que não atingissem o sector onde trabalhavam, isto é, reformas estruturais sim, mas para os outros. Até aqui, enfim, talvez nada de especial haja a registar.

Mais para a frente, M. S. Tavares (que pelos vistos faz parte da grande maioria que concorda com as reformas – e aqui parece também não haver nada de especial a registar) escolhe os professores para "provar" que devem existir reformas estruturais. E "prova" como?

"Demonstrando" que os professores dão aulas poucos dias por ano!

E como "demonstra"?

Assim: o ano tem 365 dias; 52 semanas são 104 sábados e domingos (subtrai 104 de 365); 3 meses de férias (?) são 90 dias (subtrai mais 90 dias, "esquecendo" que está a subtrair 26 dias que já tinha retirado – 13 sábados e 13 domingos de 3 meses de férias no Verão que M. S. T. "decreta" para os professores); segue o mesmo "raciocínio" (?) para o Natal, Carnaval, Páscoa (sempre a subtrair de novo sábados e domingos já retirados no início); retira feriados, talvez "pontes", para chegar à conclusão desejada, creio que pouco mais de 100 dias por ano!

Sabemos que M. S. Tavares é escritor (?)/jornalista (?)/comentador (?), pelo menos. É lido e ouvido. Devia exigir a si próprio, um mínimo de honestidade intelectual e talvez um pouco de ética, o que, não usou certamente na "elaboração" da peça jornalística citada.

Sete meses e meio mais tarde...

Estreia no "Expresso" (Impresa - Dr. Francisco Pinto Balsemão) em 7/01/06 (estreia antecipada de várias semanas de publicidade com fotografias suas - e de outros colaboradores a partir do início de 2006 - no referido órgão de informação).

E como se estreou esta aquisição do "Expresso" no mercado de Inverno?

Na página 2 (também com fotografia) sob o título "Sobreviverá Portugal depois de 2013?" escreve (citamos):

"...Um país assim só pode ser um país falhado. Se nada mudar radicalmente, nós vamos ser um país falhado.

...Peguemos em dois pequenos exemplos. Domingo 1 de Janeiro, arrastando com filas de trânsito e arriscando acidentes, tive de tratar do regresso do meu filho mais novo a Lisboa, porque no dia seguinte abriam as aulas no ensino público e no Liceu central onde estuda e onde se imagina que todos os professores públicos gostariam de estar colocados. Das cinco aulas marcadas para 2ª feira, teve uma; das quatro marcadas para 3ª feira teve outra; todos os restantes professores estavam de "baixa". Ou seja, prolongaram as férias que nós não tivemos..." (sic)

Factos: à 2ª feira, a turma do filho de M. S. T. tem 3 aulas e não cinco; efectivamente só teve uma (uma das colegas que faltou tinha um familiar gravemente doente); à 3ª feira tem 5 e não quatro. E (passe-se, face ao escrito de M. S. T.!) teve todas!

(Cinco aulas com oito professores - há áreas/opções diferentes!).

Se M. S. T. é jornalista (?) bastaria um telefonema (Conselho Executivo ou Director de Turma, por exemplo) para verificar que a sua fonte de informação o enganou! Ou terá sido apenas a sua fértil imaginação a trabalhar? (já em Maio passado terá imaginado que ninguém repararia no "truque" de subtrair 2 vezes muitos sábados e domingos de cada ano?)

Desonestidade intelectual já é mau, MST! Mentir é ainda pior, MST!

Até quando? ■



Abel Macedo ao JF:

“Os professores saberão assumir as suas responsabilidades perante a sociedade através de um compromisso ético claro”

■ José Paulo Oliveira (*Jornalista*)

“Os professores têm que perceber que tudo se vai jogar num curto espaço de tempo. O nosso Estatuto já foi adulterado, e não é preciso lembrar aqui em que partes. As outras partes, que são as que interessam ao Governo, estão na calha, são já conhecidas e, se deixarmos que o poder actue como anteriormente, corremos sérios riscos de, daqui a pouco tempo, se falar ainda de um Estatuto de Carreira, mas completamente desvirtuado, transformado numa massa informe de contradições em que, do inicial, o de 89/90, apenas restará o acessório e menos significante”, sublinha Abel Macedo.

O coordenador da Direcção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e membro do Secretariado Nacional da FENPROF alerta para a ideologia do neoliberalismo em relação ao papel da escola e dos docentes na sociedade e para as tentativas de “controlo cerrado sobre a profissão”, destacando ainda a importância de um Estatuto da Carreira Docente “globalmente negociado”.

JF – Em traços gerais, o que é que representa o actual Estatuto da Carreira Docente?

Abel Macedo (A.M.) – Há que recuar alguns anos... O Estatuto, o de 89/90, sujeito a uma revisão global em 1998, apesar de não ser perfeito, consagrou os largos passos que foram dados no caminho da afirmação de uma identidade profissional docente minimamente ajustada aos caminhos que se deparam hoje à nossa profissão.

Deixou definitivamente para trás os tempos do “missionarismo”, do “mestre escola”, do simples reprodutor de conceitos, e abriu caminho ao profissional reflexivo, autónomo e intelectualmente apetrechado, preparado para agir de forma contextualizada e responsável principal pela condução de complexos processos de ensino e aprendizagem.

JF – Prossegue uma ofensiva contra os educadores e professores também no

sentido do controlo cerrado da profissão. O que é que destacas nesta difícil situação criada aos docentes portugueses?

A. M. – Quando, já em 1992, António Nóvoa abordava a desprofissionalização da função docente, sabia que já estava em curso uma ofensiva, desenvolvida tanto por alguns académicos como por decisores políticos, de controlo cerrado sobre a profissão, se estava a abrir um caminho de funcionalização, de sujeição, de ausência de autonomia, que atentava contra a essência de uma profissão que se queria, e se quer, reflexiva, autónoma e responsável.

Que responsabilidade existe quando se cumprem apenas desígnios predeterminados?

Que autonomia pode existir quando quase tudo está previamente configurado?

Que reflexão, individual ou colectiva, se pode fazer em contextos em que somos chamados a desenvolver processos que



correspondem ao que outros já pensaram?

JF – Os tempos que se aproximam assumem o carácter decisivo de alterações profundas ao Estatuto. O que é que o ME pretende, na verdade?

A. M. – Pelo que se vai sabendo, não uma revisão global, porque isso não interessa ao poder instituído, mas sim uma revisão subvertida, parcelar, apenas das matérias que ao Governo interessam – como a avaliação do desempenho, a configuração da carreira e as implicações de uma noutra.

JF – Nesse contexto, que mensagem queres deixar aos milhares de docentes nossos leitores?

A. M. – Os professores têm que perceber que tudo se vai jogar num curto espaço de tempo. O nosso Estatuto já foi adulterado, e não é preciso lembrar aqui em que partes. As outras partes, que são as que interessam



ESTATUTO DA CARREIRA DOCENTE

ao Governo, estão na calha, são já conhecidas e, se deixarmos que o poder actue como anteriormente, corremos sérios riscos de, daqui a pouco tempo, se falar ainda de um Estatuto de Carreira, mas completamente desvirtuado, transformado numa massa informe de contradições em que, do inicial, o de 89/90, apenas restará o acessório e menos significante. Temos que reforçar a discussão nas escolas. Temos que estar atentos, unidos e mobilizados.

JF – Que orientação essencial tem a FENPROF face aos desafios que a negociação do Estatuto vai levantar?

A. M. – A FENPROF afirma sem tibiezas que os professores saberão assumir as suas responsabilidades perante a sociedade através de um compromisso ético claro, que comporte, em simultâneo, aquilo que são as suas obrigações sociais (perante os alunos, os pais, a escola, o sistema educativo) e o respeito pelos direitos individuais e colectivos inerentes ao desempenho da sua função, referentes a cada professor e deste com e perante os seus pares.

JF – Noutros apontamentos desta edição do "JF" abordamos a parte dos deveres fundamentais que cabem aos docentes. Quanto aos *direitos*, que

apreciação nos podes deixar?

A. M. – Desde logo temos que reflectir sobre se os direitos hoje consagrados são bastantes e ajustados e se a sua consecução está devidamente acautelada. Por exemplo – o direito à negociação, um dos direitos decisivos a ser consagrado em sede de Estatuto. A forma como está hoje traduzido é bastante para que nós, professores e educadores, possamos sentir que nos cabe, efectivamente, a negociação como um direito? Se não, só nos resta um caminho. Procurarmos, com as nossas forças, uma redacção que salvguarde a afirmação plena desse direito.

O conjunto de direitos consagrados, e que se enunciam rapidamente – 1) direito à participação no processo educativo; 2) direito à formação e informação para o exercício da função educativa; 3) direito ao apoio técnico, material e documental; 4) direito à segurança na actividade profissional; 5) direito à negociação colectiva – é suficiente, inclui e acautela todos os princípios essenciais à afirmação da profissão? Não faltarão alguns? Por exemplo, o direito à estabilidade profissional e a um salário digno e compatível com a profissão está hoje expresso? Não, e deveria estar. O direito à não discriminação, seja por



questões de género, étnicas, religiosas, de orientação sexual, políticas, ou outras, está hoje expresso no ECD? Não, e deveria estar.

O conjunto de direitos que, na fase em que estamos, vamos trabalhar com os professores até obtermos um enunciado rigoroso, forte e exaustivo, imbrica necessariamente no conjunto de deveres que também iremos construir. Este binómio será o eixo onde girará um articulado limpo de matérias que, sendo importantes mas porventura não essenciais, serão trabalhadas à parte, como matéria regulamentadora do tronco central que será o novo ECD, que queremos, e exigimos, seja globalmente negociado. |



A propósito do 25 de Abril do desconhecimento dos jovens e da “responsabilidade” dos professores

“A imagem social dos docentes portugueses vive hoje um

tempo de descrédito, de desvalorização dos seus saberes, de responsabilização até aos limites do absurdo pelos atrasos que regista a educação no nosso país. Simultaneamente, esses mesmos docentes sentem-se transformados num alvo fácil onde se descarregam todas as incompetências dos políticos e muitas das frustrações sociais que pautam os nossos dias”, sublinhou Abel Macedo, coordenador da Direcção do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e membro do Secretariado Nacional da FENPROF, no recente seminário promovido pela Federação sobre “a imagem social dos professores e o seu Estatuto”.

“Ainda recentemente, a propósito das comemorações do 25 de Abril, e mediante um conjunto de entrevistas de rua a jovens sobre o feriado que comemora aquela data histórica, perante o desconhecimento de muitos sobre o seu real significado, jorrou mais um conjunto de “culpas sobre os professores, sobre o que ensinam ou supostamente deviam

ensinar, esquecendo as responsabilidades políticas de quem não promove mais do que um acto formal na Assembleia da República e quase esquecendo uma figura do antigamente que nem esse acto formal deixou realizar numa parte do todo nacional”, observou o dirigente do SPN e da FENPROF, que comentaria mais adiante:

“É verdade que Abril está distante, para muitos pelo aquém que fica de sonhos de justiça, de fraternidade, de igualdade, enquanto sinónimos de liberdade, para outros, porque a conspurcação da palavra liberdade está no seu quotidiano, na sua demagogia, a ponto de nem a solenidade formal admitirem.”

“De quem assim olha para os valores de Abril pouco há a esperar. Assim como nada há a esperar de quem despreza ostensivamente a profissão docente, a despromove de importância aos olhos de todos, funcionaliza até ao limite do absurdo os seus profissionais e os expõe às mais estúpidas críticas e aos mais soezes insultos. E estes são os responsáveis políticos dos nossos dias, em Abril de 2006”, concluiu Abel Macedo. |



Conhece o seu Estatuto de Carreira? Direitos & Deveres

1. O direito de participação pode ser exercido

- a) Pelas organizações sindicais.
- b) Por todos os outros indivíduos menos pelo próprio, para evitar problemas de consciência.
- c) Por cada indivíduo, grupos e/ou pelas organizações profissionais ou sindicais.

2. O direito de participação no processo educativo exerce-se

- a) Na preparação das aulas.
- b) Nas áreas do sistema de ensino, da escola, da aula e da relação escola-meio.
- c) Na sala de aula e na escola.

3. Elegar e ser eleito para órgãos colegiais ou singulares das escolas

- a) É um direito.
- b) É um direito dos professores mais antigos.
- c) Voltará a ser um direito na Madeira, em breve.

4. A negociação colectiva

- a) Foi um direito.
- b) É um direito.
- c) Deixou de haver negociação desde 2005.

5. Direito de intervir na orientação pedagógica através da liberdade de iniciativa

- a) Sempre que o docente o deseje exercer.
- b) Nos períodos sazonais abertos pelo Conselho Pedagógico à intervenção.
- c) Quando o docente escolhe os seus métodos de ensino.

6. O direito à formação e informação para o exercício da função educativa é garantido

- a) Por uma assinatura do semanário Expresso.
- b) Pelo acesso à formação contínua e apoio à autoformação dos docentes.
- c) Pelo acesso a acções de informação.

7. Tal direito à formação e informação pode também visar objetivos de

- a) Reconversão profissional, mobilidade e progressão na carreira.
- b) Mobilidade e progressão na carreira.
- c) Reforço da cultura geral dos docentes sobre contra-informação

8. O direito à segurança na actividade profissional compreende

- a) Um seguro de vida contra todos os riscos e um kit de primeiros socorros de bolso.
- b) Protecção por acidente em serviço, penalização de ofensas ao docente e prevenção/tratamento de doenças resultantes da sua actividade.
- c) Penalização de ofensas ao docente e protecção por acidente em serviço.

9. O dever de contribuir para a formação e realização integral dos alunos concretiza-se

- a) Promovendo o desenvolvimento das suas capacidades e estimulando a sua autonomia e criatividade.
- b) Promovendo a consciência sobre a importância da obediência para a sua felicidade.
- c) Desenvolver as suas capacidades, a autonomia, a criatividade e formar cidadãos responsáveis e intervenientes.

10. Reconhecer e respeitar as diferenças culturais e pessoais dos alunos e demais membros da comunidade educativa

- a) É um dever do docente.
- b) Uma opção moral do docente.
- c) Foi um dever até 25 de Abril de 1974.

11. Respeitar as diferenças culturais e pessoais dos alunos e demais membros da comunidade educativa implica

- a) Valorizar os diferentes saberes e culturas e combater processos de exclusão e discriminação.
- b) Valorizar todas as pessoas sem excepção abraçando-as, pelo menos, uma vez por dia.
- c) Valorizar os diferentes saberes e culturas.

12. Ser missionário na profissão e optar pelas virtudes de uma vida ascética e abnegada da materialidade, valorizando os prazeres simples e bucólicos

- a) É um dever do docente.
- b) É um caminho possível para a felicidade.
- c) Não é um dever do docente.

13. O dever de gerir o processo de ensino-aprendizagem, no âmbito dos programas definidos, implica

- a) Adoptar mecanismos de diferenciação pedagógica.
- b) Adoptar mecanismos de selecção pedagógica susceptíveis de responder às necessidades individuais dos alunos.
- c) Ter sensibilidade face às necessidades individuais dos alunos.

14. Contribuir para a reflexão sobre o trabalho realizado individual e colectivamente

- a) É um dever do docente no final de cada ano lectivo.
- b) É um dever contínuo e permanente.
- c) Um dever? Era o que faltava.

15. O dever de enriquecer e partilhar os recursos educativos e utilizar novos meios de ensino é feito numa perspectiva de

- a) Abertura à inovação e de reforço da qualidade da educação e ensino.
- b) Cumprimento do valor cristão da partilha.
- c) Reforço da qualidade da educação e ensino.

16. O dever do docente actualizar e aperfeiçoar os conhecimentos, capacidades e competências visa

- a) O desenvolvimento pessoal e socio-afectivo.
- b) O desenvolvimento da conta bancária pessoal.
- c) O desenvolvimento pessoal e profissional.

Ver soluções na pág. 28



Mário Nogueira ao JF:

“Nesta revisão, está em causa o futuro da profissão docente. É deplorável o que estão a fazer aos professores!”



JF – O que está em causa no ECD com a sua revisão?

Mário Nogueira (MN) – Está o futuro da profissão docente. Há grandes perigos nesta revisão. A maioria absoluta que governa o país tem demonstrado um grande desrespeito pelos profissionais docentes, não apenas através do discurso, como, também, pelas medidas que tem vindo a tomar. Nesta revisão prevê-se que pretenda liquidar alguns dos direitos mais importantes conquistados pelos professores e educadores e restringir outros. A avaliação do desempenho, a estrutura da carreira, as condições de progressão na carreira, são aspectos que estão na mira penalizadora do ME. Mas também outros aspectos relacionados com a estabilidade no exercício da profissão docente, com o seu conteúdo funcional, horários de trabalho, as componentes lectiva e não lectiva, a aposentação e mesmo os regimes de dispensas, de faltas e de férias não estarão fora dos fortes ataques que serão movidos pelo Ministério da Educação.

JF – Esperava-se outro sentido de uma revisão do estatuto de carreira dos professores e educadores?

MN – Em condições normais, é claro que se esperava. Só que deste governo e da política que desenvolve não se esperava

Mário Nogueira, Coordenador do Sindicato dos Professores da Região Centro, membro da Direcção da FENPROF e Coordenador do Grupo Negociador, sublinha ao JF: “A anteceder alterações de âmbito profissional e de carreira, a ministra lança campanhas contra os professores e de ataque à sua imagem social, para preparar o terreno para alterações muito negativas de ordem socio-profissional. É o que pretende agora ao aproximar-se a revisão do Estatuto da Carreira Docente.”

nada de diferente, dada a sua natureza neo-liberal e o comportamento agressivo que tem revelado contra os trabalhadores.

A FENPROF, contudo, não virará a cara ao que entende importante nesta revisão e não adoptará uma atitude meramente defensiva, de resistência, nada disso. Terá iniciativa, apresentará propostas e lutar por uma revisão de sentido positivo que, afinal, consolide e aprofunde os passos que foram dados em 1997/98 quando o ECD mereceu a sua primeira revisão. Assim, teremos propostas que permitirão alargar os direitos e definir, com precisão e objectividade, os deveres os profissionais docentes; teremos propostas que visam conferir mais qualidade à formação de professores e dar mais estabilidade ao exercício da profissão; proporemos soluções destinadas a revalorizar a carreira docente e, em especial, os seus escalões mais baixos; reivindicaremos um regime de aposentação compatível com as exigências cada vez maiores que se colocam aos docentes e transformam a sua profissão numa das que provocam um acentuado desgaste físico e psicológico.

JF – A avaliação do desempenho pode passar por um processo mais burocrático ou há ainda uma possibilidade de a pensar como motor da qualidade de ensino?

MN – Quanto à avaliação do desem-

penho, não temos qualquer dúvida sobre o que pretende o ME. Todos recordamos quando, em 23 de Fevereiro passado foi aprovado, no Parlamento, o SIADAP. A preocupação era a de fazer saber que este modelo de avaliação dos “funcionários públicos” seria para aplicar também aos juizes, médicos e professores. Por isso, sobre isso não há qualquer expectativa positiva. Todavia, não partiremos rendidos e combateremos as intenções do ME/Governo com propostas que vão no sentido de conferir à avaliação do desempenho um carácter essencialmente formativo. Esse sim, é um modelo difícil de definir e capaz de promover a excelência de que tanto se fala, gostando eu muito mais de falar na qualidade do ensino.

JF – Os responsáveis do ME têm dificuldades em compreender essa matéria...

MN – Talvez por ser difícil, esta equipa ministerial parece incapaz de compreender estar ali o pomo da questão. É ali que se faz a maior diferença maior entre o que é proposto e o que faz falta ao sistema educativo. Além disso, como a senhora ministra já um dia afirmou (e foi título de jornal), não fica preocupada se perder os professores, interessa-lhe, sobretudo, ganhar na opinião pública. Com esse pensamento, é natural que as propostas que

defende não saiam daquilo que, por norma, se considera o senso comum. Para si, é melhor que seja assim... não trará grandes resultados (excepto os financeiros, claro), mas permitir-lhe-á fazer mais uma quantidade grande de demagogia contra os professores e, dessa forma, humilhá-los, espezinhá-los, rebaixá-los... isso tem parecido suficiente!

JF - Que significado teve entretanto o Seminário Nacional realizado pela FENPROF em 27 de Abril?

MN - Teve a vantagem de reunir dirigentes e delegados sindicais e acertar a estratégia. Na senda do primeiro encontro que se realizou numa frase muito embrionária de lançamento do debate...

Neste Seminário coube-me moderar uma sessão, precisamente aquela em que se discutiu o ECD. Na curta intervenção que fiz procurei apenas recordar um pouco da história e das lutas dos professores e educadores em torno do seu Estatuto, quer até à aprovação em 1989/90, quer no âmbito da revisão de 1998/99. Fiz, ainda, um ponto de situação das condições em que iremos entrar nesta revisão: tempo de serviço roubado, progressões congeladas, funções docentes abastardadas, horários de trabalho agravados, regras várias do ECD alteradas ou mesmo revogadas. Questionei sobre as razões do atraso de mais de dois meses na entrega das propostas do ECD: será falta de tempo para o assunto ou estratégia? Não ficam dúvidas, atirar a apresentação do primeiro documento para o final de Maio, jogar com o Julho/Agosto meses de férias e com o Setembro, mês de regresso, permitirá ao ME ganhar tempo. Depois Outubro e Novembro será para apressar o processo sempre com a ameaça de que um eventual atraso na aprovação do novo ECD poderá significar atraso no "descongelamento" do tempo de serviço. Percebe-se a estratégia!

Depois, foi o sacudir da consciência sindical, particularmente importante nesta iniciativa em que a maioria dos presentes eram dirigentes e delegados sindicais. Serão eles quem terá de assumir todo o trabalho de esclarecimento, promoção do debate e mobilização dos seus colegas. Serão eles, os quadros sindicais, os elementos mais importantes de todo o processo de revisão dada a responsabilidade que nele irão assumir.

JF - Qual o grau de conhecimento que os professores têm do seu Estatuto e de que forma são capazes de o defender?

MN - Penso que os professores conhecem o seu estatuto. Podem não saber citá-lo de cor, mas quando os impedem de usufruir de direitos que ele consagra, ou lhes querem impor tarefas que ferem o conteúdo das funções docentes, logo reagem. A FENPROF tem também contribuído para esse conhecimento ao colocar, nos últimos anos, a versão integral do ECD na agenda que oferece aos associados dos seus Sindicatos e ao promover iniciativas diversas sobre o tema. Dir-se-á que, sendo assim, não se compreende como em muitos casos estão a ser violadas normas do ECD em muitas escolas. É verdade que estão e, em muitos casos, a par da contestação sindical, os Sindicatos estão a apoiar processos de contestação jurídica das situações em causa, o que significa que muitos professores não se têm calado.

JF - Tal deve-se às pressões que são exercidas sobre os docentes a diversos níveis? Qual é a sua origem?

MN - Hoje, mais do que nunca, os professores estão a sofrer grandes pressões que, por vezes, resultam no silenciamento que fazem de situações inaceitáveis. Silenciam os problemas e também a sua revolta. É deplorável o que estão a fazer aos professores e educadores. A origem de tais pressões é de todos conhecida: está no Ministério da Educação e os seus principais rostos chamam-se Lurdes Rodrigues e Valter Lemos; chamam-se, em algumas regiões, direcções regionais de educação; são, em algumas escolas, os próprios órgãos de gestão, neste caso, felizmente numa minoria de casos, mas ainda assim, não deverá ser desvalorizada esta componente em que o ME e as DRE's tanto apostam para acentuar o controle burocrático, senão mesmo político, sobre os docentes; chamam-se, ainda, "sousastavares", "filomenas-mónicas", "fátimas-bonifácios", "manuéis-correias-economistas", entre outros... tem sido assim, é verdade, mas não é menos verdade que, apesar de tudo, a esmagadora maioria dos professores e educadores tem sabido resistir e opor-se.

JF - E neste movimento de resistência qual é o sentimento?

MN - A FENPROF tem motivos para estar satisfeita, ou não seja a grande responsável por essa capacidade de resistência, de denúncia e de contestação dos professores. Vamos continuar, ou melhor, se os tempos que aí vêm forem, como afirmou

A FENPROF, contudo, não virará a cara ao que entende importante nesta revisão e não adoptará uma atitude meramente defensiva, de resistência, nada disso.

Hoje, mais do que nunca, os professores estão a sofrer grandes pressões que, por vezes, resultam no silenciamento que fazem de situações inaceitáveis.

A FENPROF tem motivos para estar satisfeita, ou não seja a grande responsável por essa capacidade de resistência, de denúncia e de contestação dos professores.

o Primeiro-Ministro, ainda piores que os actuais, não iremos só continuar, vamos aumentar o protesto e a luta. Tem de ser!.

JF - Poderá ou deverá o ECD ser instrumento regulador em matéria de deontologia profissional?

MN - É evidente que deverá! Há quem gostasse que assim não fosse e que ele se reduzisse a uma mero enunciado de cláusulas contratuais e de enunciação de mecanismos de relação laboral. Não é essa a nossa opinião. É aqui, no seu estatuto de carreira e profissional que os professores deverão garantir essa regulação, assente, sem dúvida, no conjunto de direitos e deveres consagrados e com uma expressão particularmente forte no regime de avaliação do desempenho que vier a ser aprovado. Daí a importância destes dois capítulos: para o ME, no pior dos sentidos, para os professores no sentido mais positivo. **■**



Ricardo Vieira

Ser Professor Ensino ou aprendizagem da profissão?



“Saiu o semeador para semear a sua semente. Enquanto semeava, uma parte da semente caiu à beira do caminho, foi pisada e as aves do céu comeram-na. Outra caiu sobre a rocha e, depois de ter germinado, secou por falta de humidade. Outra caiu no meio dos espinhos, e os espinhos, crescendo com ela, sufocaram-na. Uma outra caiu em boa terra e, uma vez nascida, deu fruto centuplicado.”
(São Lucas 8, 5-8)

É relativamente fácil pensar que pode haver ensino sem aprendizagem e aprendizagem sem ensino direccionado por objectivos. Eis pois o mote para pensar a minha mensagem. O professor é de facto uma pessoa e já o era antes da certificação profissional. A sua prática docente é mista de racionalidade e afecto, de bricolage e planificação. É a prática dum modo de ser tantas vezes desempenhado como um inconsciente prático. De facto nem sempre estamos a racionalizar o que estamos a fazer na prática lectiva.

Os pintores não copiam o que observam, mas seleccionam cuidadosamente, sendo dotados de significado os elementos que seleccionam, e com tanto mais impacto por serem, por vezes, irracionais... Aquilo que os artistas visuais, como os pintores, pretendem ensinar é fácil de perceber mas difícil de explicar. Eles próprios têm dificuldade em explicar por que traduzem as suas experiências para formas e cores, e não para palavras. (*Highet, 1951, cit in Woods, Peter (1999). Investigar a Arte de Ensinar, Porto: Porto Editora*).

Este posicionamento parece estar nos antipodas da certeza científica. É como se parte do ensino consistisse em “*não saber*”. Em contraste com a ênfase na racionalidade, o ensino parece ter um lado emocional, uma inteligência do coração.

Por outro lado, o Ensino é na maior parte das vezes discutido em termos da intenção e da actividade do professor. Mas os alunos não são recipientes passivos das mensagens do docente. Não basta vender latim, fazer palestras e dar grandes aulas. O produto final tem de fazer a diferença, lançar uma semente que se venha a desenvolver em algo, que reestruture o conhecimento e que eduque. O sistema tem de ser possivelmente mais de aprendizagem do que de ensino.

No caso dos professores aqui estudados, quanto mais diversificados são os mundos culturais que atravessam, maior é a probabilidade, por um lado, de surgirem conflitos na sua mente, em consequência

da dificuldade que há por vezes em construir um projecto que integre e interpenetre estas variadas esferas da vida social que atravessam nas suas trajectórias biográficas e que lhes constroem os gostos e as formas de pensar. Por outro lado, também, maior e mais alargada é a visão dos mundos culturais que coexistem na contemporaneidade, mais relativizado é o etnocentrismo e mais multicultural é o próprio eu de cada professor. O eu que, se o sujeito conseguir criar pontes e continuidades entre essas partes, faz dele um eu mais translocal (Fortuna, 1991), mais transcultural, mais total (Sousa Santos, 1992 e 1994) e mais cidadão da conhecida metáfora aldeia global, com uma identidade mais intercultural e multi-terceira - instruída. Ou ainda, de acordo com Giddens (1994), o *self* torna-se num projecto reflexivo:

[...] *Quanto mais a tradição perde a sua influência, e quanto mais a vida diária é reconstituída em termos do jogo dialéctico entre o local e o global, tanto mais os indivíduos são forçados a negociarem escolhas de estilos de vida de entre uma diversidade de opções.*

Corresponderá, com grande probabilidade, à construção dum eu pessoal, social e profissional menos etnocêntrico, mais reflexivo, com uma mente mais relativizada e talvez também mais utópica e criativa no sentido da construção de projectos pessoais e culturais aos quais submete dialecticamente o seu viver. Viver esse que tentei captar e entender nos nove professores que estudei e cujas vidas, práticas e representações sociais aqui aflorei.

Gostaria, enfim, de recordar que há competências do perfil de professor que só se aprendem no terreno.

E, para terminar, levanto de novo a pergunta com que iniciei esta comunicação:

Ser Professor: ensino ou aprendizagem da profissão? |

Passagem da comunicação de Ricardo Vieira, docente da ESE/IP de Leiria no Seminário da FENPROF sobre o Estatuto da Carreira Docente,

Lisboa, 27/4/06

Escola a Tempo Inteiro

Outsourcing – a lógica de mercado na educação

■ Helena Arcanjo (Direcção do SPRC e Conselho Nacional da FENPROF)

O mediatismo e a aparente centralidade que este governo pretende dar à imperiosa necessidade de a escola poder oferecer uma resposta social, é inequivocamente o reconhecimento que as exigências da FENPROF e de outros agentes educativos sobre esta matéria não podiam ser, por mais tempo, adiadas.

É incontornável que, a partir de agora, a ESCOLA a TEMPO INTEIRO terá que fazer parte da agenda política educativa dos futuros governos. No entanto, o modelo e a sua concretização actual merecem a maior das reprovações.

Assente no princípio de *menos estado, melhor estado*, a lógica de racionalidade económica dirigida aos alunos enquanto clientes e consumidores, a escola como prestação de serviços e a alienação do currículo e dos direitos dos professores estão a ser utilizados como instrumentos conceptuais, por este governo, para pôr em prática uma escola que responda às



necessidades dos alunos e das famílias.

O modelo de *outsourcing* que está plasmado no programa de generalização do inglês lançado pelo ME, no início deste ano lectivo, é exemplar no que diz respeito à pré-privatização de serviços educativos, nomeadamente os da área social. Mas, neste domínio, o actual governo pretende ir mais longe nas suas intenções neoliberais. A Ministra da Educação pretende passar algumas áreas do actual currículo do 1º ciclo para os prolongamentos e, dessa forma, permitir (através de programas ou outros mecanismos) que instituições públicas ou privadas se possam candidatar à contractualidade destes serviços educativos, como se fosse o único caminho possível – caracterizado por uma política educativa *sem*

escolha – tendo como matriz de fundo a da edificação de um *Estado Mínimo*.

Na óptica deste governo, os fins justificam os meios. Este modelo híbrido em que o Estado apenas pretende desempenhar o papel de financiador e de regulação, deixando às instituições, que operam nesta dimensão "nova" da escola e que têm o lucro como principal objectivo a atingir, total liberdade na escolha dos recursos

humanos e gestão do financiamento. Esta situação põe em causa a qualidade da resposta social da escola e a democraticidade da Escola a Tempo Inteiro.

O balanço preliminar efectuado pela FENPROF é profundamente negativo. As soluções de improvisação, a falta de qualidade dos espaços e equipamentos, recursos humanos insuficientes e muitas vezes tecnicamente mal preparados, a discriminação e as assimetrias, são alguns dos factores que caracterizam este modelo de resposta social. Não é esta Escola a Tempo Inteiro que sempre defendemos. Para que tal aconteça o Estado deve rapidamente assumir a sua inteira responsabilidade na construção de uma efectiva rede de serviço público de educação – Uma escola a tempo inteiro para todos. |

Ensino Profissional: Professores e trabalhadores não docentes vão, finalmente, ter direito a um CCT específico



A ANESPO (Associação Nacional do Ensino Profissional) enviou, recentemente, à FENPROF, e, **pela primeira vez, em cinco anos**, uma contraproposta de Contrato Colectivo de Trabalho para os trabalhadores das escolas profissionais privadas.

Recorda-se que este é um processo que se arrasta desde

Junho de 2001, altura em que a FENPROF apresentou, pela primeira vez, uma proposta de CCT à ANESPO para negociação. Esta organização nunca apresentou qualquer contraproposta e foi adiando sistematicamente as reuniões

de negociação com a FENPROF, tendo-se chegado a uma situação de impasse, pelo que tivemos de solicitar ao Ministério do Trabalho que arbitrasse este processo negociado.

Entendíamos, na altura, e continuamos a entender, agora, que à especificidade do ensino profissional deve corresponder um CCT próprio, clarificador do conjunto de direitos e deveres, da estrutura de carreira e das condições de trabalho necessárias à estabilidade e realização profissional dos docentes e formadores deste subsistema de ensino.

Com o início das negociações, vamos também proceder a um processo de auscultação do pessoal docente, através de reuniões de escola e de plenários, onde daremos a conhecer as propostas da FENPROF e as contrapropostas da ANESPO (disponíveis no site da FENPROF para consulta). |

Omeletas sem ovos ou a inutilidade dos prolongamentos de horário

■ Francisco Almeida (Secretariado Nacional da FENPROF)

A FENPROF, desde a sua fundação em 1983, que se bate por uma profunda renovação da Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico. Essa intervenção desenvolve-se em três planos: a denuncia da pobreza em que funcionam a maioria das escolas, a reflexão e a construção de soluções e a apresentação de propostas ao Ministério da Educação. Nessas propostas esteve sempre presente a necessidade de uma resposta social no 1º Ciclo do Ensino Básico.

No último Congresso da FENPROF a resolução aprovada afirma:

"(...) No que diz respeito à ocupação de tempos livres e serviço de refeições, as propostas da FENPROF assentam em três questões essenciais:

1) A resposta social que as famílias necessitam e a que têm direito não pode obedecer a um modelo nacional único, antes se exigindo a organização de soluções multidisciplinares, social e culturalmente localizadas.

2) A ocupação de tempos livres não pode assumir um carácter escolarizante, antes devendo possuir uma forte componente lúdica e cultural.

É aos poderes central e local que cabe assegurar a resposta a esta crescente necessidade das famílias. Em qualquer caso deve tratar-se de um serviço público que assuma uma visão integrada dos recursos comunitários (...).

3) A FENPROF jamais aceitará que aos professores seja solicitada intervenção nestes serviços de resposta às necessidades das famílias, por duas ordens de razões: a) toda a sua atenção e empenhamento devem estar voltadas, nas componentes lectiva e não lectiva do horário, para as actividades curriculares; b) o conteúdo funcional da carreira docente não permite o envolvimento dos professores naquelas actividades de resposta social da escola(...)"

Pouco tempo após a tomada de posse do actual Governo, a FENPROF entregou ao Ministério da Educação um documento que aponta os caminhos e as propostas para a renovação do 1º Ciclo do Ensino Básico. São soluções discutidas com os professores e que, em 2002, no âmbito do Manifesto "Por uma Nova Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico", mereceram o apoio de milhares de organizações de todo o país.

O autismo do Governo de José Sócrates começava a dar os primeiros sinais e, em consequência, o Ministério da Educação ignorou completamente as propostas dos professores. Como a FENPROF já disse "o que o Governo decidiu neste domínio está a colocar actividades de enriquecimento curricular no lugar da ocupação de tempos livres, muitas vezes armazenando crianças nos mesmos espaços onde decorre a actividade lectiva sem qualquer financiamento específico e com recurso aos professores, desvalorizando a profissão



docente e quase impedindo o trabalho individual dos docentes indispensável a uma boa qualidade da actividade lectiva."

Na generalidade das situações trata-se de meros exercícios de propaganda com o objectivo de tentar esconder a falta de vontade política para investir no 1º Ciclo do Ensino Básico. Aquilo a que se convencionou chamar "prolongamento de horário" é uma inutilidade absoluta para crianças e famílias.

Por outro lado importa dizer que uma política séria de institucionalização da escola a tempo inteiro implica a concretização de medidas que acabem de vez com os horários de curso duplo – estes acontecem sobretudo nas zonas urbanas e suburbanas, onde as actividades de ocupação de tempos livres e a escola a tempo inteiro são mais necessárias às famílias.

Mas, isto que parece óbvio, implica a mobilização de recursos financeiros, materiais e humanos. Ora, o ME não quer gastar nem mais um centavo nas escolas que há décadas vivem uma confrangedora pobreza franciscana.

Como os professores educadores já gritaram em várias acções de luta por todo o país "é preciso e é urgente uma política diferente".



Conhece o seu Estatuto de Carreira? Direitos & Deveres

Some os pontos:

- | | |
|---------------------|----------------------|
| 1. a) 1; b) 0; c) 2 | 9. a) 1; b) 0; c) 2 |
| 2. a) 0; b) 2; c) 1 | 10. a) 2; b) 1; c) 0 |
| 3. a) 2; b) 0; c) 1 | 11. a) 2; b) 0; c) 1 |
| 4. a) 0; b) 2; c) 1 | 12. a) 0; b) 1; c) 2 |
| 5. a) 2; b) 0; c) 1 | 13. a) 2; b) 0; c) 1 |
| 6. a) 0; b) 2; c) 1 | 14. a) 1; b) 2; c) 0 |
| 7. a) 2; b) 1; c) 0 | 15. a) 2; b) 0; c) 1 |
| 8. a) 0; b) 2; c) 1 | 16. a) 1; b) 0; c) 2 |

Sentença:

30-32 pontos:

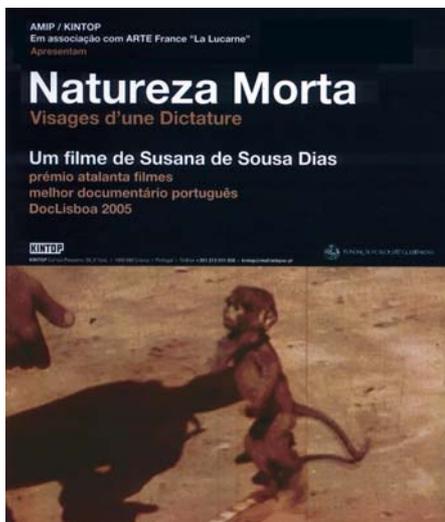
Parabéns, é um docente consciente do essencial dos direitos e deveres específicos da profissão. É improvável que seja "enrolado" pelas propostas de alteração ao Estatuto da Carreira que o ME venha a fazer.

20-29 pontos:

Precisa de reler o Estatuto da Carreira Docente no capítulo dos Direitos e Deveres quanto antes, para não cair no "conto do vigário" que a Ministra vai tentar contar-lhe.

0-19 pontos:

Você parece um burocrata do Ministério da Educação. Deve tentar a carreira de Secretário de Estado.



48 anos de fascismo num documento excepcional

No fecho desta edição do "JF" estava tudo a postos para a estreia, na sala 2 do King, em Lisboa (Av. Frei Miguel Contreiras, 52A), do filme "Natureza Morta – Visages d'une Dictature", um trabalho de Susana de Sousa Dias que conquistou o prémio atalanta filmes e melhor documentário português (DocLisboa 2005).

"Utilizando apenas materiais de arquivo e sem recorrer a palavras, Natureza Morta pretende redescobrir e penetrar na opacidade das imagens captadas durante os 48 anos da ditadura portuguesa (actualidades, reportagens de guerra, documentários de propaganda, fotografias de prisioneiros políticos, mas também rushes nunca utilizados nas montagens finais), permitindo a sua reabertura a diferentes leituras", sublinha uma nota de apresentação deste filme de 72 minutos, que reuniu apoios do Centre National de la Cinématographie, Procirep, Arte France e Fundação Calouste Gulbenkian.

Estão previstas sessões às **22h00, às 19h00 e às 11h00**, sendo estas últimas exclusivas para grupos e mediante marcação prévia, contando com a presença da realizadora e de um historiador. Estão também programados debates regulares nas sessões das 19h00 (ver em www.kintop.net).

Informações e marcações: Elsa Sertório ou Ana Almeida (telef. 213541958; telem 963154917; fax 213541958; e-mail info@kintop.net).

"Natureza Morta" tem música de António Sousa Dias, produção de Ansgar Schafer (KINTOP) e Xavier Carniaux (AMIP), e montagem de Susana de Sousa Dias com Valérie Bregaint e Helena Alves. ■

VILAMOURA

T1 - 1º andar sobre relvado e piscina em aldeamento turístico.
Local tranquilo. Capacidade máxima 5 pessoas | T - 289 827 452, 969 057 964 ou 960 026 872

ALBUFEIRA (cidade)

Apartamento sobre a praia
T - 289 513 004 ou 961 402 898

"As Universidades enquanto Centros de Investigação e de Criação de Conhecimentos: Uma Espécie Ameaçada?"

Colóquio Mundial

O Fórum UNESCO sobre Ensino Superior, Investigação e Conhecimento, plataforma dedicada a investigadores para discutir questões importantes do desenvolvimento, anunciou a abertura do período de apresentação de comunicações para o Colóquio Mundial "As Universidades enquanto Centros de Investigação e de Criação de Conhecimentos: Uma Espécie Ameaçada?", iniciativa que decorrerá na sede da UNESCO, em Paris, de 29 de Novembro a 1 de Dezembro de 2006. O prazo limite para o envio dos textos é já o próximo dia 9 de Junho. Mais pormenores em www.unesco.pt ■



Holandeses conquistam Prémio "Pela Diversidade, contra a Discriminação"



Três profissionais da revista holandesa "Vrij Nederland" arrebatarem os primeiros prémios das categorias de jornalismo e de fotojornalismo do concurso europeu de jornalismo "Pela Diversidade. Contra a Discriminação", promovido pela União Europeia (UE).

O artigo vencedor - escrito por Sander Donkers e Harm Ede Botje e intitulado "Er wordt gediskrimineerd.

Punt uit" (Há discriminação. Ponto final) - trata da discriminação étnica e racial no mercado de trabalho holandês. A fotografia vencedora, da autoria de Joost van den Broek, retrata a mesma realidade e chama-se "Composição multicultural da força de trabalho nas empresas holandesas".

O júri do concurso atribuiu ainda um segundo prémio a Bendyk e Jacek Zakowski, autores de um artigo sobre gays e lésbicas publicado pela revista "Polityka", da Polónia, e um terceiro prémio à irlandesa Fiona Ness, do "Sunday Business Post", que abordou a discriminação das pessoas com deficiência no emprego.

A entrega dos prémios - uma bolsa no valor de 1000 a 3000 euros para uma viagem de investigação a um país da UE à sua escolha - decorreu no passado dia 15 de Maio em Bruxelas com a participação de Vladimir Spidla, comissário europeu responsável pela pasta do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades.

Vladimir Spidla realçou a "coragem e dedicação" dos jornalistas em "trazer a lume histórias que nem sempre dão títulos de primeira página", ajudando a "conhecer em profundidade" algumas das questões "que mais desafios colocam à sociedade de hoje".

Entretanto, **até 31 de Dezembro** estão abertas as inscrições para a edição 2006 do Prémio Europeu de Jornalismo "Pela Diversidade. Contra a Discriminação", destinada a jornalistas da imprensa escrita tradicional e da imprensa digital dos 25 Estados membros da UE. ■

Fotografia

“E se mais mar houvesse...”: viagem ao continente africano da era colonial



Parto do princípio que (também) o amigo leitor gosta de fotografia. E que sente uma certa curiosidade pelo trabalho pioneiro obtido com aquelas maqui-netas mais antigas, que ajudaram a registar a História. Então, não pode perder a exposição patente até 11 de Junho no Centro Português de Fotografia, na cidade do Porto.

A proposta é uma viagem à era do colonialismo português em África, através da Colecção de António Faria e Ângela Camila Castelo-Branco.

Subordinado ao tema geral “E Se Mais Mar Houvesse...”, o certame inclui foto-

grafias de autores portugueses, que nos mostram parcelas e momentos da história social de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

“Não se mostra a Colecção completa, não estão presentes todos os mares do mito, apenas se seleccionou, dentro do espírito que norteou os colecionadores, aspectos fotográficos das colónias portuguesas em África, desde o último quartel do século XIX.”, sublinha o texto de apresentação, que esclarece mais adiante:

“É o tempo em que a fotografia portuguesa atingia, como acontecia lá fora, a sua maturidade e em que a progressiva e violenta ocupação de África pelas potências europeias, se efectuava através do exército e da marinha e implicava uma vasta operação científica das Sociedades de

Geografia, habitualmente acompanhados de antropólogos politizados. É pois um território de alteração e mudança, uma aceleração do domínio europeu num continente que vira a recente organização de uma explosiva e guerreira ofensiva africana contra o ocupante branco, uma terra difícil para os europeus que aí refazem toda a sua vida ou representavam, como podiam, a metrópole. É essa complexa conjuntura de crise, ilusão e ideologia que esta Colecção, reunindo eventos políticos e diplomáticos, paisagens que alimentam o velho sentir sobre África, gestos de poder e de contenção, na vida nas roças e no trabalho agrícola, nas cerimónias, nas chegadas e nas partidas, esse imenso efabulário que se fez com imagens de

JAZZ

Estoril Jazz 2006 em Julho



Tim Hagans com a “Ernie Wilkins Almost Big Band” vão abrir no dia 7 de Julho, a partir das 21h30, o XXV Estoril Jazz 2006, que se prolongará até 16 desse mês, no auditório Fernando Lopes Graça (Parque Palmela), na Av. Marginal, junto ao Hotel Estoril Sol.

Bilhetes entre 20 e 30 euros e passe especial para oito concertos por 90 euros.

Mais informações pelo telefone 214825447 ou em www.projazz.pt

TEATRO

“Medeia”, de Eurípidés no D. Maria II

Até 11 de Junho, o Teatro Nacional D. Maria II, em Lisboa, apresenta “Medeia”, uma tragédia grega, do autor clássico Eurípidés. O trabalho tem encenação de Fernanda Lapa, tradução de Sophia de Mello Breyner e interpretação de Manuela de Freitas, António Rama, Fernanda Lapa, João Grosso, José Neves, Luísa Cruz, Inês Nogueira, Margarida Mestre, Marta Lapa, Sara Carinhas, Sofia Petinga e Sónia Neves.

Sessões na Sala Garrett às 21h30 de terça-feira a sábado e às 16h00 aos domingos. Informações pelo telefone 213250827.



“O Dom de Juana, as Donas de Juan” em Coimbra pelos alunos da ESEC



Os alunos do 3º ano do curso de Teatro e Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), no âmbito do estágio supervisionado pela Camaleão- Associação Cultural e pela referida Escola, apresentam de 2 a 10 de Junho, no Teatro da Cerca de São Bernardo, às 21h30, o espectáculo “O Dom de Juana, as Donas de Juan”, construído “a partir da personagem e do mito de Don Juan, e onde confrontamos algumas das mais conhecidas versões que sobre ele foram escritas e compostas ao longo da história da dramaturgia ocidental - Tirso de Molina, considerado o primeiro, Molière, o mais importante e Mozart/ Da Ponte, o mais operístico. Para além disto, confrontamos o mito do sedutor com o seu espelho: Ama em o “Auto da Índia” de Gil Vicente, Juana em “Dona Juana” e Elvira em “O fim Atroz de um Sedutor” ambas de Anca Visdei. Este espectáculo pretende, pois, ser uma leitura da sedução (masculina e/ou feminina) no teatro, através de um dos seus personagens mais marcantes”, revelam os organizadores do espectáculo.

Preço dos bilhetes: 3 euros

Reservas e informações pelos números: 916043248/ 968608929/ 916583585/ 964417368.

MÚSICA

Mário Laginha edita primeiro álbum a solo

álbum, é essa convulsão de um continente, que aqui se junta, em imagens fixas e interrompidas que o não podem explicar. Indicadores diversos de uma só realidade que a vida em África nunca foi."

Quem se deslocar ao Centro Português de Fotografia/Cadeia da Relação, no Campo dos Mártires da Pátria, na Invicta, pode apreciar outras duas exposições: "Missão Botânica Angola 1927-1937" (imagens do espólio científico do Departamento de Botânica do Instituto Doutor Júlio Henriques/Jardim Botânico da Universidade de Coimbra) e "Cabo Verde: Tempo de Libertação", trabalhos fotográficos do holandês Frits Eisenloeffel.

Horário: de terça a sexta-feira das 15h00 às 18h00 e aos sábados, domingos e feriados das 15h00 às 19h00. A não perder. | JPO

O primeiro álbum a solo do pianista Mário Laginha, "Canções Et Fugas", editado pela Universal, apresenta 12 temas inéditos de sua autoria, alguns inspirados no compositor alemão do século XVIII Johann Sebastian Bach.

Fascinado pela obra de Bach, Mário Laginha compôs uma série de fugas, respeitando a técnica de escrita desta estrutura musical clássica mas introduzindo elementos tradicionais do jazz. "Esta poderia ser uma homenagem a Bach. Mas a verdade é que a sua dimensão como músico e compositor tornar-me-ia essa tarefa impossível. Limite-me a tirar-lhe o chapéu e sorrir", afirmou o músico. Além das fugas, Laginha compôs canções como "Do lado de cá do mar", "Berenice", "Do lado de lá do mar" e um "Fado".

Mário Laginha é considerado pela crítica musical como um dos melhores pianistas portugueses da actualidade, com a cantora Maria João constituiu a mais popular dupla na área do jazz. Trabalharam juntos desde 1994 até ao ano passado quando ainda se apresentaram em vários festivais de jazz, nomeadamente em Valado de Frades e Portalegre. Esta parceria produziu uma dezena de álbuns, tendo o último, "Tralha" sido editado em 2004. Pianista e compositor, Laginha, 45 anos, foi distinguido com vários prémios e convidado a participar em inúmeros festivais nacionais e internacionais, nomeadamente o de Montreux (Suíça), Montreal (Canadá) e San Sebastian (Espanha). Tocou e gravou com Wayne Shorter, Ralph Turner, Manu Katché, Trilok Gurtu, Toninho Horta, Gilberto Gil, Julian Argüelles, Django Bates, Bernardo Sasseti, entre muitos outros, e também com a Orquestra Filarmónica de Hannover para quem compôs em 1999 "Lobos, raposas e coiotes". | Lusa, 2/04/2006



LETRAS

Prémio da Latinidade 2006 distingue Maria Helena da Rocha Pereira

A professora e investigadora de Estudos Clássicos Maria Helena da Rocha Pereira, catedrática da Universidade de Coimbra, recebeu, no Instituto Camões, em Lisboa, o V Prémio da Latinidade.

Fundada em 2000 por 35 Estados de língua oficial ou nacional românica, a União Latina visa promover a reflexão sobre os valores culturais e linguísticos do conjunto da comunidade latina e a consciência da identidade cultural comum destes povos. Em Portugal, esta missão tem sido cumprida com eventos como o Concurso Diálogo Latino, colóquios, representações de Teatro Clássico e, sobretudo, as comemorações, em Maio, do Dia da Latinidade, que culmina com a atribuição do Troféu Latino. No âmbito das celebrações, realizou-se no Instituto Camões uma mesa redonda subordinada ao tema "Tradução, Ensino, Mercado, Práticas e Instrumentos", dirigida por João Barrento.

Em simultâneo foi organizada uma exposição intitulada "Portugal, Património da Humanidade", patente ao público diariamente, das 10h00 às 17h00, até finais de Maio, na sede do Instituto Camões.

O cineasta Manoel de Oliveira (2002), o ensaísta Eduardo Lourenço (2003), o arquitecto Siza Vieira (2004) e Mário Soares (2005) foram os galardoados nas anteriores edições do Troféu Latino, instituído em 2002. Maria Helena da Rocha Pereira, professora catedrática da Faculdade de

Letras de Coimbra, é considerada a maior autoridade portuguesa em Estudos Clássicos e tem contribuído, de uma forma decisiva, para a divulgação da literatura clássica em Portugal. Foi a primeira mulher catedrática da Universidade de Coimbra e tem como área de investigação os Estudos Literários-Línguas e Literaturas Clássicas e Cultura e Literatura Gregas, com várias obras publicadas. | Lusa, 16/05/2006



ARTES PLÁSTICAS

Representantes da nova geração alemã e polaca em Serralves



A obra recente de três pintores alemães e um polaco, da nova geração, pode ser apreciada no Museu de Serralves, no Porto, até 9 de Julho.

Eberhard Havekost, Johannes Kahrs, Magnus Von Plessen e o polaco Wilhelm Sasnal começaram a apresentar os seus trabalhos com mais regularidade no final dos anos 90, sendo hoje nomes conhecidos no roteiro das principais cidades europeias. Ulrich Loock é o comissário desta exposição no Porto, que pode ser visitada de terça a quinta-feira das 10h00 às 19h00, aos domingos e feriados das 10h00 às 20h00 e às sextas-feiras e sábados das 10h00 às 22h00. Mais informações pelo telefone 226156500.

Trabalhos de Gabriela Albergaria em Viseu

Até 17 de Junho pode ser apreciada em Viseu uma parte expressiva do trabalho da artista Gabriela Albergaria, subordinado ao tema "mouvement, instability, conflito - a selection".

Tendo como pano de fundo a natureza, a tempestade e o movimento, a selecção presente na Galeria António Henriques (Rua Cândido dos Reis, 7) teve já duas anteriores exposições: em Coimbra e em Berlim. A exposição está agora patente ao público de terça-feira a sábado, das 15h00 às 19h00.



Reconhecer - Um Lugar 84, (2004)